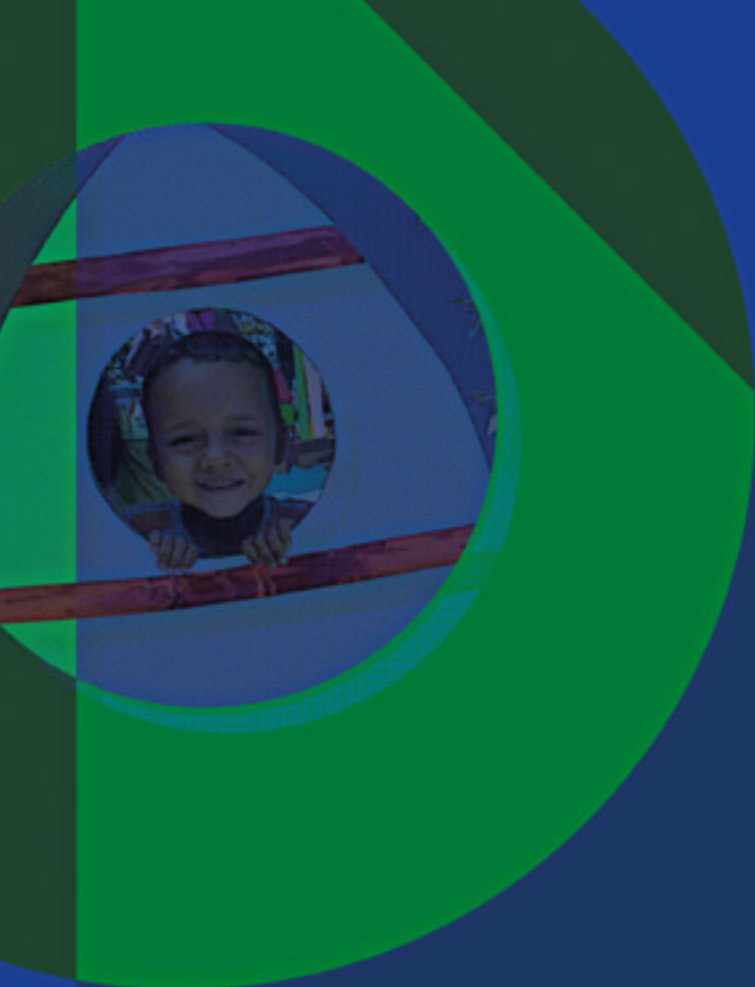




COLEÇÃO REDES EM MOVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA
PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

CADERNO DE BOAS PRÁTICAS A IMPLEMENTAÇÃO DOS COMITÊS GESTORES INTERSETORIAIS MUNICIPAIS

FICHA TÉCNICA

COLEÇÃO REDES EM MOVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
CADERNO DE BOAS PRÁTICAS – A IMPLEMENTAÇÃO DOS COMITÊS GESTORES INTERSETORIAIS MUNICIPAIS

© 2021 Ministério da Cidadania

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

1ª edição – 2021

Distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA CIDADANIA

Secretaria Especial de Desenvolvimento Social
Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância
Departamento de Atenção à Primeira Infância
Esplanada dos Ministérios – Bloco A – 5º andar - CEP
70.050-902 – Brasília – DF
Telefone: (61) 2030-1200
Fale com o Ministério da Cidadania: 121
www.cidadania.gov.br
E-mail: criancafeliz@cidadania.gov.br

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Cidadania

João Inácio Ribeiro Roma Neto

Secretário Executivo

Luiz Galvão

Secretário Especial Adjunto de Desenvolvimento Social

Alexandre Reis de Souza

Secretária Nacional de Atenção à Primeira Infância

Luciana Siqueira Lira de Miranda

Departamento de Atenção à Primeira Infância

Diretora: **Maria Cícera Pinheiro** (substituta)
Coordenação-Geral de Formação e Disseminação
Informação: **Vanessa Alessandra C. Peixoto Queiroz**
Coordenação-Geral de Apoio Institucional:
Pedro Victor Sousa Aroso
Coordenação-Geral de Monitoramento e Gestão da
Informação: **Ricardo Rodrigues Dutra**
Coordenação-Geral de Apoio Administrativo:
Adriana Barbosa Dantas Silva

Colaboradores de Conteúdo:

Departamento de Atenção à Primeira Infância
(SNAPI/Ministério da Cidadania)
Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

Consultoria Técnica e Autoria:

Lazzooli Consultoria Ltda.
Márcia Paterno Joppert – Coordenação
Tatiane Vieira de Jesus
Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza
Mila Fontes Stefanelli

Criação e Coordenação Editorial

Agência Galo | www.agenciagalo.com

Revisão Técnica SNAPI: Cybelle de Aquino Torres Alves,
Daniela Teixeira Santos, Jaisson Veras Normandia, Lisane
Marques Lima, Luciana Siqueira Lira de Miranda, Maria
Cícera Pinheiro, Mayara Gouveia de Castro, Paulo Sérgio
de Aquino, Pedro Victor Souza Aroso, Rosa Maria Lopes
de Sousa, Vanessa Alessandra C. Peixoto Queiroz

Apoio:

**Fundo Conjunto para os ODS/
Joint SDG Fund das Nações Unidas**

Lívia Maria da Costa Nogueira (Coordenação Técnica),
Cybelle de Aquino Torres Alves, Daniela Resende Florio

Projeto Gráfico e Diagramação: Murilo Thaveira

Imagens capa e contracapa:

Prefeitura de Esteio (RS)
Prefeitura de Ilha Comprida (SP)
Prefeitura de Marco (CE)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C122 Caderno de boas práticas: a implementação dos comitês gestores intersetoriais municipais / Marcia Paterno Joppert, coordenação; [autores] Tatiane Vieira de Jesus, Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza, Mila Fontes Stefanelli. -- Brasília: Ministério da Cidadania, 2021.
60p. : il. ; PDF ; 8,5 MB. -- (Coleção Redes em Movimento da Primeira Infância: Programa Criança Feliz)

Coleção Redes em Movimento da Primeira Infância: Programa Criança Feliz (3 volumes)

ISBN (impresso) 978-65-00-28319-8

ISBN (ebook) 978-65-00-28572-7

1. Primeira Infância. 2. Programa Criança Feliz. 3. Intersetorialidade. 4. Políticas Sociais. 5. Gestão Municipal. 6. Comitês Gestores. 7. Boas Práticas. I. Joppert, Marcia Paterno. II. Jesus, Tatiane Vieira de. III. Souza, Cíntia Pinheiro Ribeiro de. IV. Stefanelli, Mila Fontes. V. Título.

CDD 353.5

Ficha catalográfica elaborada por: Daiane S. Y. Valadares CRB-1/2802



**COLEÇÃO REDES EM MOVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA
PROGRAMA CRIANÇA FELIZ**

**CADERNO DE BOAS PRÁTICAS
A IMPLEMENTAÇÃO
DOS COMITÊS GESTORES
INTERSETORIAIS MUNICIPAIS**



A INICIATIVA

O Programa Criança Feliz (PCF), implementado pelo governo brasileiro por meio do Ministério da Cidadania, tem como objetivo promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. É executado pelas Secretarias Municipais de Assistência Social, equipes municipais do PCF e pelos Comitês Gestores Intersetoriais Municipais.

Segundo o manual de gestão do PCF, “o comitê gestor é a instância deliberativa e articuladora das ações necessárias para a promoção da atenção integral às famílias participantes do Programa. O comitê deve estar atento às demandas identificadas no grupo familiar ou no território. Essas demandas poderão ser atendidas pelo conjunto das políticas públicas que compõem a rede local, como Assistência Social, Saúde, Educação, Direitos Humanos, entre outras.”

Referência para atuação dos Comitês Gestores Intersetoriais Municipais a partir dos documentos e normativas do PCF:

Um comitê que representa diversas áreas de políticas públicas importantes para o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos (saúde, educação, assistência, geração de emprego e renda, cultura, esporte e lazer, direitos humanos, desenvolvimento urbano; gabinete/casa civil etc.); que seja formalmente constituído com poder deliberativo; que demonstra uma visão sobre o que é uma política para desenvolvimento integral da primeira infância (materializada no plano municipal integral da primeira infância); que consiga identificar as demandas do público-alvo do PCF, dar soluções de forma articulada a essas demandas, e monitorar os avanços. Essa articulação e as soluções podem envolver atores externos à estrutura da Prefeitura (parcerias). A atuação do comitê deve ser transparente para a sociedade local.

Este Caderno foi elaborado a partir de um estudo diagnóstico de boas práticas de comitês de dez municípios, das cinco regiões do Brasil e de diferentes portes, com base nos seguintes critérios: *Instituição e Constituição; Funcionamento e Atuação; e Articulação.*

O estudo buscou identificar, em cada município, evidências de intersetorialidade, considerando as particularidades, contextos, prioridades, recursos, avanços e desafios das políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento integral da primeira infância.



Imagem: Edylon Santos - Prefeitura Bom Jesus RN

MUNICÍPIOS QUE PARTICIPARAM DO ESTUDO:

Região	Estado	Município	Porte (habitantes - estimativa 2020)
Norte	RR	Boa Vista	Grande (419.652 hab.)
	TO	Tocantínia	Pequeno (7.387 hab.)
Nordeste	CE	Marco	Pequeno (27.595 hab.)
	PI	São Raimundo Nonato	Pequeno (34.877 hab.)
	RN	Bom Jesus	Pequeno (10.267 hab.)
Centro-Oeste	GO	Indiara	Pequeno (15.787 hab.)
	MS	Corumbá	Médio (112.058 hab.)
Sudeste	MG	Sabará	Médio (137.125 hab.)
	SP	Ilha Comprida	Pequeno (11.362 hab.)
Sul	RS	Esteio	Médio (83.279 hab.)

Fonte: IBGE

COMO ESTE CADERNO FOI ORGANIZADO

O Caderno de Boas Práticas foi concebido a partir do relatório de diagnóstico de 10 Comitês Gestores Intersetoriais Municipais do Programa Criança Feliz (PCF), promovido pelo Fundo Conjunto para os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) no Brasil, em 2021.

Para elaborar a análise de boas práticas dos Comitês Intersetoriais do PCF nos municípios foram estabelecidos critérios e subcritérios. Este Caderno apresenta os resultados dos 10 comitês analisados, considerando esses parâmetros:

1. INSTITUIÇÃO E CONSTITUIÇÃO

- Instituição
- Constituição

2. FUNCIONAMENTO E ATUAÇÃO DOS COMITÊS

- Reuniões do Comitê
- Atuação do Comitê – Participação e Influência em Instrumentos de Planejamento
- Atuação do Comitê – Plano de Ação Intersetorial
- Estratégia de Atuação do Comitê
- Uso de Evidências/ Diagnóstico
- Integração entre as informações
- Recebimento das demandas
- Controle sobre as demandas encaminhadas
- Monitoramento

3. ARTICULAÇÃO

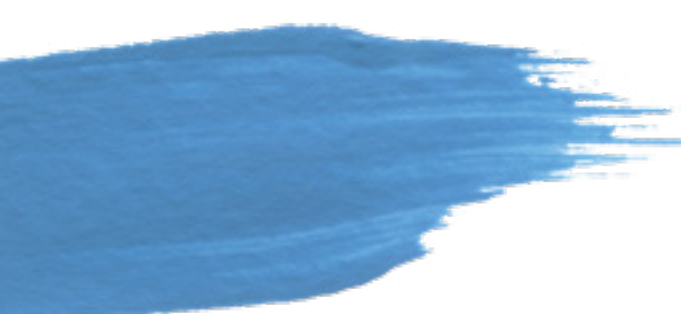
- Articulação Municipal
- Articulação com outras esferas de governo
- Articulação Ampliada
- Ações Decorrentes da Articulação

Ao percorrer a publicação, o leitor perceberá que abaixo de cada critério e subcritério há um texto introdutório explicando no que eles consistem e, na sequência, o nome do município e as boas práticas selecionadas. Os relatos ilustram possibilidades de instituição e funcionamento da iniciativa. Não pretendem, pois, funcionar como regra, visto que cada município tem características próprias, constituindo uma realidade única.

Os QR-Codes inseridos nas páginas levam para um apanhado de dados e indicadores sobre primeira infância de cada um dos 10 municípios analisados. As informações apresentadas tiveram como fonte dados oficiais organizados no portal Primeira Infância Primeiro no Município, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, uma das iniciativas de referência na indexação de dados sobre a primeira infância.

ÍNDICE

A Iniciativa.....	4
Como este Caderno foi Organizado.....	6
O Programa Criança Feliz.....	8
Os Comitês Gestores Intersetoriais Municipais.....	10
Diagnóstico dos Comitês Intersetoriais Municipais do Programa Criança Feliz.....	12
A Quem se Dedica essa publicação.....	14
1.INSTITUIÇÃO E CONSTITUIÇÃO DOS COMITÊS.....	15
1.1 Instituição.....	15
Esteio RS.....	16
Marco CE.....	17
Sabará MG.....	19
1.2 Constituição.....	20
Boa vista RR.....	21
Sabará MG.....	23
Tocantínia TO.....	24
2. FUNCIONAMENTO E ATUAÇÃO DOS COMITÊS.....	25
2.1 Reuniões do Comitê.....	25
Bom Jesus RN.....	26
São Raimundo Nonato PI.....	28
2.2 Atuação do Comitê - Participação e Influência em Instrumentos de Planejamento.....	29
Ilha Comprida SP.....	30
2.3 Atuação do Comitê – Plano de Ação Intersetorial.....	31
Boa Vista RR.....	32
Sabará MG.....	32
Tocantínia TO.....	33
2.4 Estratégia de Atuação do Comitê.....	34
Bom Jesus RN.....	35
Corumbá MS.....	36
Ilha Comprida SP.....	38
Marco CE.....	40
2.5 Uso de Evidências/ Diagnóstico.....	40
Boa Vista RR.....	41
2.6 Integração entre as informações.....	42
Sabará MG.....	43
2.7 Recebimento das demandas.....	44
Esteio RS.....	45
2.8 Controle sobre as demandas encaminhadas.....	47
Ilha Comprida SP.....	47
2.9 Monitoramento.....	48
Esteio RS.....	48
Sabará MG.....	48
3.ARTICULAÇÃO.....	50
3.1 Articulação Municipal.....	50
Indiara GO.....	51
Marco CE.....	53
3.2 Articulação com outras esferas de governo.....	54
Esteio RS.....	54
3.3 Articulação Ampliada.....	55
Sabará MG.....	55
3.4 Ações Decorrentes da Articulação.....	56
Bom Jesus RN.....	56
Corumbá MS.....	57
Ilha Comprida SP.....	57



O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O Programa Criança Feliz (PCF) é uma ação do Governo Federal instituída por meio do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, e consolidada pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, com a finalidade de promover o **desenvolvimento integral das crianças na primeira infância**, considerando sua família e seu contexto de vida. O Programa se desenvolve por meio de dois componentes principais: **visitas domiciliares** e **ações Intersetoriais** envolvendo essencialmente políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura e Direitos Humanos nos territórios.¹

As visitas domiciliares, realizadas por profissionais capacitados, visam a apoiar famílias e cuidadores para garantir o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Já as ações Intersetoriais buscam articular políticas públicas para atender as necessidades do **público prioritário** do Programa: gestantes, crianças até 36 meses e suas famílias inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), crianças de até 72 meses e suas famílias contempladas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e crianças de até 72 meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista na Lei nº 8.069/90.

Desde sua criação, o PCF atingiu progresso considerável, tendo acompanhado, até a data da publicação deste caderno, mais de um milhão de crianças, entre zero e 72 meses de idade, e 261.512 gestantes que vivem em 2.902 municípios. O trabalho envolveu 3.298 supervisores e 19.692 visitantes totalizando 48.203.092 de visitas. Ainda assim, tem a meta ambiciosa de alcançar, em três anos, dois milhões de beneficiários visitados. Os dados são do Sistema e-PCF e Painel de Monitoramento QlikSense.

Os cuidados com as crianças passam, necessariamente, por políticas públicas específicas e Intersetoriais que garantem o desenvolvimento infantil adequado em todos os seus aspectos. A legislação brasileira avançou nos últimos anos para garantir a proteção necessária dos direitos da criança e do adolescente porém muitas barreiras ainda separam as crianças brasileiras do pleno desenvolvimento de seu potencial, como a alta taxa de mortalidade infantil, risco de exposição à violência, baixo acesso a creches, entre outras vulnerabilidades que podem decorrer da pobreza, do acesso precário ou nulo aos serviços públicos, além das discriminações étnicas, de gênero, relacionadas a deficiência etc.



¹ **Manual de Gestão Municipal do Programa Criança Feliz/** Edição Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Promoção e Desenvolvimento Humano. Brasília: Ministério da Cidadania, 2020.

LINHA DO TEMPO

CRIANÇA, SUJEITO DE DIREITOS

1988

**ARTIGO 227 DA
CONSTITUIÇÃO
FEDERAL**

1990

**ESTATUTO DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE (ECA),
LEI N. 8.069, DE 13 DE
JULHO DE 1990.**

2016

**MARCO LEGAL DA
PRIMEIRA INFÂNCIA,
LEI N. 13.257 DE 8 DE
MARÇO DE 2016.**

2016

**PROGRAMA CRIANÇA
FELIZ, DECRETO N 8.869,
DE 5 DE OUTUBRO DE
2016 / CONSOLIDADO NO
DECRETO Nº 9.579,
DE 22 DE NOVEMBRO
DE 2018.**

2020

**CRIAÇÃO DA
SECRETARIA NACIONAL
DE ATENÇÃO
À PRIMEIRA INFÂNCIA,
DECRETO Nº 10.357, DE
20 DE MAIO DE 2020.**

**A Constituição Federal de 1988,
em seu artigo 227, dispõe que:**

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Fonte: “Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância”, do Ministério da Saúde (2018), páginas 9 e 10.

OS COMITÊS GESTORES INTERSETORIAIS MUNICIPAIS

O Manual de Gestão Municipal do Programa Criança Feliz (2020) define que “o Comitê Gestor é a instância deliberativa e articuladora das ações necessárias para a promoção da atenção integral às famílias participantes do Programa. O Comitê deve estar atento às demandas identificadas no grupo familiar ou no território. Essas demandas poderão ser atendidas pelo conjunto das políticas públicas que compõem a rede local, como Assistência Social, Saúde, Educação, Direitos Humanos, entre outras.”

Os Comitês Gestores Intersetoriais do PCF existem nas três esferas de governo (nacional, estadual e municipal). É indispensável que o Comitê Gestor mantenha articulação, em cada esfera, com a coordenação do programa, com os coordenadores do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, com o Comitê Gestor do Programa Bolsa Família e com os Conselhos de direitos e das políticas setoriais, dentre outros.

O Comitê Gestor Municipal deve ser criado por meio de Decreto, e na sua composição deve haver no mínimo um representante titular e um suplente de cada Secretaria que compõe a intersectorialidade do Programa, com o objetivo de fortalecer a integração das ações nos territórios e o encaminhamento das demandas.

O papel do Comitê Gestor Municipal é articular políticas e ações multisectoriais para uma resposta conjunta às demandas identificadas durante as visitas às famílias acompanhadas pelo Programa. O Manual de Gestão Municipal do PCF sugere que “os representantes das políticas setoriais conheçam o território de atuação das equipes municipais, sendo, portanto, agentes públicos com poder deliberativo e de articulação das políticas sociais existentes.”

De acordo com os instrumentos normativos do PCF, são **atribuições do Comitê Gestor Intersetorial Municipal/ Distrital do PCF²**:

- ✦ Acordar o Plano de Ação Municipal/do Distrito Federal: com diretrizes, estratégias e metas;
- ✦ Tomar decisões quanto às etapas do programa e responsabilidades das diferentes políticas na sua operacionalização;
- ✦ Acordar instrumentos de regulação, normatização, protocolos e parâmetros municipais complementares àqueles disponibilizados pela União/Estado e que estabeleçam responsabilidades das diferentes políticas no Programa Criança Feliz, assim como estratégias para sua implantação e acompanhamento local;
- ✦ Aprovar materiais de orientações técnicas, de capacitação e de educação permanente, complementares àqueles disponibilizados pela União e Estado;
- ✦ Definir estratégias, instrumentos e compromissos que fortaleçam a intersectorialidade do programa e a implementação das ações de responsabilidade do município/ Distrito Federal;
- ✦ Discutir, apoiar e aprovar questões operacionais do programa, a partir de propostas do Grupo Técnico, como: composição da equipe das visitas domiciliares (visitadores e supervisores); definição das famílias que serão incluídas nas visitas domiciliares; fluxos de articulação entre as redes locais para suporte às visitas domiciliares e atendimento às demandas identificadas pelos visitadores e supervisores.

Modelo de Governança do Programa Criança Feliz

Institucional

Comitê Gestor Interministerial

Grupo Técnico Interministerial

Protocolo Nacional

Comitê Gestor

Grupo Técnico Estadual

Plano de ação Estadual

Comitê Municipal

Grupo Técnico Municipal

Plano de Ação Municipal

Operacional

Coordenação Nacional

Coordenação do Programa
(Implantação, monitoramento e avaliação)

Coordenação Estadual
(Implantação do Programa,
monitoramento do plano de ação)

Multiplicadores

Coordenação Municipal
(Execução do Programa e plano de ação)

Supervisores/Visitadores

DIAGNÓSTICO DOS COMITÊS INTERSETORIAIS MUNICIPAIS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O Fundo Conjunto para os ODS visa a acelerar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, com foco especial nas populações mais vulneráveis. No Brasil, é desenvolvido por cinco agências das Nações Unidas: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Em parceria com o Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância, o Fundo Conjunto para os ODS tem trabalhado no país para fortalecer o Programa Criança Feliz e apoiar sua expansão.

Uma das iniciativas do projeto “Construindo vidas melhores por meio de intervenções integradas na primeira infância: investindo no Programa Criança Feliz para acelerar o cumprimento dos ODS no Brasil” foi a realização de um diagnóstico de Comitês Gestores Intersetoriais Municipais do PCF. O propósito foi levantar os principais avanços e desafios, além de evidências de intersetorialidade, na efetivação das políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento integral da primeira infância.

O Ministério da Cidadania selecionou, com apoio das coordenações estaduais, 10 municípios, considerando o histórico de intersetorialidade dos Comitês Gestores do PCF nesses municípios e priorizando a diversidade – estão presentes, neste estudo, as cinco regiões do Brasil e municípios de diferentes portes.

O diagnóstico realizado coletou informações por meio de entrevistas às equipes do PCF e de grupos focais com os Comitês Gestores dos 10 municípios, com base em três grandes critérios de análise: **Instituição e Constituição, Funcionamento e Atuação e Articulação.**

A partir da análise das informações coletadas, foram identificadas e inseridas neste caderno as práticas consideradas exitosas.

Boa Vista (RR)

São Raimundo Nonato (PI)

Marco (CE)

Bom Jesus (RN)

Tocantínia (TO)

Indiara (GO)

Corumbá (MS)

Sabará (MG)

Ilha Comprida (SP)

Esteio (RS)



A QUEM SE DESTINA ESTA PUBLICAÇÃO

Este Caderno foi pensado para atender os interesses de municípios diversos e com o propósito de que seus gestores possam se reconhecer nos desafios, mas sobretudo nas oportunidades de desenvolver ações concretas a partir da boa articulação de setores em prol da primeira infância.

A organização desta publicação é amparada em princípios de monitoramento e avaliação, estudo e prática, estimulando reflexões e subsídios para inspirar atores envolvidos em projetos voltados ao desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos de todo o Brasil.

As informações aqui apresentadas consideram a realidade única de cada território, com características socioeconômicas e culturais ímpares. Não há, neste contexto, um comitê Intersetorial que deva ser tratado como melhor ou pior, mas existem as práticas bem-sucedidas, sob critérios específicos, que merecem ser compartilhadas.

O Caderno de Boas Práticas – A Implementação dos Comitês Gestores Intersetoriais Municipais do Programa Criança Feliz espera ser fonte de inspiração para municípios de diferentes portes e regiões do Brasil.



Foto: Edylon Santos - Prefeitura Bom Jesus



1. INSTITUIÇÃO E CONSTITUIÇÃO DOS COMITÊS

1.1 INSTITUIÇÃO

A maneira com que o município estabelece seu Comitê Gestor é determinante para a efetividade das ações do Programa Criança Feliz (PCF). De acordo com o Manual de Gestão Municipal do PCF, os Comitês Gestores Intersetoriais devem ser instituídos por meio de decreto municipal. A determinação de sua instituição por decreto fortalece institucionalmente sua atuação.



dados sobre a primeira infância em

ESTEIO / RS

população_

83.279 habitantes

Fonte: Portal Primeira Infância Primeiro no Município

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR-CODE e ACESSE O SITE



A integração, por meio de decreto municipal, dos Comitês Intersectoriais do Programa Criança Feliz e do Primeira Infância Melhor permitiu ampliar o atendimento.

O município de Esteio (RS) faz parte, desde 2006, do Programa Primeira Infância Melhor (PIM), realizado pelo governo do Estado com metodologia de trabalho muito semelhante à do Programa Criança Feliz (PCF) e que também contava com um comitê intersectorial. A partir da adesão de Esteio ao PCF, em 2017, o comitê do PIM e do PCF foram integrados, por meio do Decreto Municipal nº 6.157 de outubro de 2018. O novo comitê manteve a denominação do comitê pré-existente do PIM: Grupo Técnico Municipal (GTM).

Os dois programas (PCF e PIM) diferem em alguns aspectos. O PIM, executado pela Secretaria Municipal de Saúde, atende todas as gestantes e crianças até os 6 anos de idade e o PCF, executado pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social, atende gestantes e crianças de 0 a 3 anos, beneficiárias do Programa Bolsa Família, e entre as de 3 a 6 anos, apenas aquelas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A integração dos Programas visa a contemplar todas as crianças de 0 a 6 anos e gestantes.





dados sobre a primeira infância em

MARCO / CE

população_

27.595 habitantes

Fonte: Portal Primeira Infância Primeiro no Município
APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR-CODE e ACESSE O SITE



A criação da Comissão Municipal de Implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância resultou de um aprofundamento do processo de institucionalização do Comitê Gestor Intersetorial do Programa Criança Feliz no município e agregou funções estratégicas à instância.

Marco (CE) apresenta um histórico consistente de ações interdisciplinares relacionadas com a primeira infância, o que facilitou a implantação do PCF. O município foi premiado em cinco edições do Selo UNICEF (2005-2006, 2007-2008, 2009-2012, 2013-2016 e 2017-2020), fez parte da iniciativa Prefeito Amigo da Criança, da Fundação Abrinq - nas edições de 2017 a 2020 - e teve seu Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) aprovado em 2015 por meio da Lei Municipal nº 174/ 2015.

A Comissão Municipal de Implementação do PMPI, que coordena as ações do Programa Criança Feliz (PCF) no município, foi instituída em maio de 2021, como resultado de um aprofundamento do processo de institucionalização da instância anterior, o Comitê Gestor Municipal Intersetorial do Programa Primeira Infância/ Criança Feliz, que havia sido criado em 2017 no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A formação original do Comitê já contava com dois representantes – um titular e um suplente – de cada um dos seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Cultura (mais tarde renomeada como Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto), Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.

A nomeação dos membros foi formalizada pela Portaria 01082017/04 de 1º de agosto de 2017, que também definiu que o Comitê ficaria sob responsabilidade do Órgão Gestor da Política de Assistência Social, contando com uma Secretaria Executiva.

Em 3 de maio de 2021, a Prefeitura Municipal de Marco publicou o Decreto nº 03052021/01, que instituiu a Comissão Municipal de Implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância, encarregada de promover e coordenar as ações do Programa Criança Feliz e outras iniciativas relacionadas. Nessa iniciativa, considerou as políticas nacionais e municipais relacionadas à primeira infância, à criança e ao adolescente, bem como políticas internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, além dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Com essa configuração, a Comissão passou a agregar funções estratégicas para a implementação de políticas para a primeira infância, como o planejamento e a articulação das ações do Programa Criança Feliz (PCF), o planejamento e a implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), a promoção e a priorização do atendimento das populações mais vulneráveis, a implantação de padrões de qualidade para o atendimento da primeira infância, a promoção da gestão integrada dos serviços, a execução anual da Semana do Bebê, entre outras. Foram destacadas, também, competências para a preservação da lógica intersetorial e de monitoramento e avaliação do PMPI, incluindo a elaboração de relatórios periódicos, a implementação do Painel Integrado de Ações e Indicadores, a integração, tratamento e difusão de dados e informações, a definição de indicadores de impacto e a transparência na execução da política.

Ademais, a criação da Comissão ampliou a representação do antigo Comitê, agregando um representante de pais ou familiares responsáveis por crianças de 0 a 6 anos, um representante do Ministério Público ou Defensoria Pública e um representante de organização comunitária ou não governamental com atuação na área da primeira infância. Estabeleceu, também, o comprometimento com marcos temporais, como a realização de reuniões bimestrais ou a qualquer tempo, mediante a convocação de coordenadores, e o monitoramento semestral das ações do PMPI em reuniões ordinárias.

Foto: Divulgação/Prefeitura de Marco





dados sobre a primeira infância em

SABARÁ / MG

população_

137.125 habitantes

Fonte: Portal Primeira Infância Primeiro no Município

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR-CODE E ACESSSE O SITE



Instrumento legal de instituição definiu competências estratégicas para o Comitê de Sabará.

O Comitê Intersetorial do Programa Primeira Infância de Sabará (MG) é outro exemplo de boa prática. Com a finalidade de planejar e articular as ações necessárias para alcançar os objetivos do programa, contribuindo na promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, o Decreto nº 841/2018 criou o comitê no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 23 de maio de 2018, com membros da Secretaria Municipal de Cultura (um representante), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (três representantes), Secretaria Municipal de Educação (dois representantes), Secretaria Municipal de Saúde (três representantes) e Conselho Tutelar (um representante).

O instrumento legal de instituição define para o Comitê de Sabará competências de planejamento e monitoramento, de sensibilização, operacionais e de normatização, aprovação de conteúdo técnico e articulação intersetorial em seus diferentes aspectos. Dessa maneira, o município de Sabará propõe um Comitê com caráter estratégico e atuante na execução do Programa Criança Feliz.

O decreto de criação do comitê de Sabará foi reeditado em 9 de março de 2021, por meio do Decreto nº 275/2021, com as mesmas estruturas e funcionalidades, e lista de membros atualizada.

1.2 CONSTITUIÇÃO

O Manual de Gestão Municipal do Programa Criança Feliz sugere que o Comitê seja constituído por representantes dos setores que conheçam o território de atuação das equipes municipais e sejam agentes públicos com poder deliberativo e de articulação das políticas sociais existentes nas diversas áreas relevantes para a primeira infância, como Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Direitos Humanos e outras.



Foto: Divulgação/Prefeitura Municipal de Marco



Foto: Edylon Santos - Prefeitura Bom Jesus



dados sobre a primeira infância em

BOA VISTA / RR

população_

419.652 habitantes

*Fonte: Portal Primeira Infância Primeiro no Município
APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR-CODE e ACESSO O SITE*



Composição ampla e envolvimento de lideranças fortalecem decisões e geram ações mais efetivas.

Visando ao reconhecimento do município como “Capital da Primeira Infância”, a prefeitura de Boa Vista criou o Programa Família que Acolhe (FQA), transformado em lei em seu primeiro ano de existência (Lei nº 1.545/ 2013). Trata-se de um programa para o acolhimento de mães e crianças desde a gestação até os seis anos de idade. Os serviços são oferecidos pela rede de cuidados com a primeira infância.

O Programa FQA já tinha, em sua governança, um Comitê Intersetorial. No entanto, como o Programa Criança Feliz (PCF) requer a criação de um comitê, foi fundado o Comitê Executivo Local do PCF, cujos membros foram nomeados por meio da Portaria 720/P de 26/10/2016. Durante algum tempo, os Comitês do PCF e do FQA coexistiram, mas pela grande semelhança entre os dois programas, foram fundidos em apenas um Comitê.

A composição do Comitê Intersetorial de Boa Vista é bastante ampla: fazem parte os líderes dos seguintes órgãos: Gabinete do(a) Prefeito(a), Secretaria Municipal de Gestão Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista (FETEC), Secretaria Municipal de Comunicação Social e Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças e, mais recentemente, Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (EMHUR). Para facilitar as ações e “puxar” a articulação interna, o comitê conta com uma secretária executiva, que também é a Secretária de Projetos Especiais do município. Esta secretaria é a responsável pelo Programa Família que Acolhe (FQA).

E, cada vez mais, outras secretarias vão sendo incluídas. Em geral, não há convidados externos, nem mesmo a coordenadora do PCF. A participação de convidados externos, além dos secretários e da prefeita, ocorreu apenas em momentos pontuais, como na apresentação de pesquisa sobre a primeira infância.

O envolvimento dos líderes no comitê, especialmente da(o) prefeita(o), faz com que as decisões tenham mais força e maior probabilidade de se tornarem ações efetivas.

As reuniões do comitê são dinâmicas: às vezes deliberativas, às vezes informativas, às vezes momentos de trocas de conhecimento. Essa dinâmica é uma das suas principais potências. É quando um secretário traz para os demais uma novidade, um acontecimento da sua pasta, uma ideia, ou um novo olhar, que enriquece a todos. Esses encontros estimulam a lembrança do quanto são importantes os cuidados com a primeira infância na construção do indivíduo.

A mais recente mudança de gestão não trouxe alterações significativas para o comitê. Muitos secretários permaneceram membros. Em 2021, as reuniões têm mantido como foco principal a elaboração do novo Plano Plurianual Municipal (2022-2025) e do Planejamento Estratégico Anual voltado à primeira infância.

Em 2013, a Prefeitura Municipal de Boa Vista estabeleceu como prioridade as políticas públicas integradas inteiramente voltadas às crianças, tornando Boa Vista a Capital da Primeira Infância. Entre iniciativas em diversas áreas, como educação e saúde, destacam-se intervenções urbanas como playgrounds em escolas e espaços públicos, brinquedos com acessibilidade e fontes interativas nas praças, além de obras, por toda a cidade, com espaços lúdicos, educativos e seguros para as crianças e suas famílias, tais como o Caminho da 1ª Infância [foto].³





Foto: Priscila Marcelino/ Prefeitura Municipal de Sabará

SABARÁ | MG

Comitê Intersetorial como espaço de tomada de decisão, com participação das principais secretarias que atuam no tema da primeira infância.

Em Sabará, a constituição do comitê envolveu profissionais com distintas funções no município, incluindo secretária municipal de assistência social, coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), responsável pelo monitoramento e avaliação; conselheiro tutelar; psicopedagoga responsável pelo monitoramento da frequência escolar; gerente de unidade básica de saúde de um território de alta vulnerabilidade e um médico. Foi uma instância formada pela dirigente da assistência social e, em sua maioria, por técnicos municipais com atuação relevante em suas áreas e indicados pelos respectivos secretários. Os membros demonstram qualificação e experiência profissional em suas áreas e na gestão de políticas públicas.

O comitê exerce um importante papel na implementação do programa no município. As estratégias são discutidas e deliberadas nesta instância, para então serem transmitidas para a equipe de execução. Um exemplo foi a construção da estratégia do mutirão de busca ativa, que demonstra a capacidade de articular programas e influenciar em ações concretas no território:

“Fizemos mutirão de busca ativa no início do programa, porque as famílias mudam muito de endereço. Muitas famílias com mulheres grávidas não estavam inseridas no sistema pré-natal. Discutimos e decidimos realizar os mutirões junto com os entrevistadores sociais do CadÚnico e os Agentes Comunitários de Saúde, que foram capacitados para o PCF.”
(Membro do Comitê Gestor de Sabará/MG)

A constituição abrangente do Comitê Gestor Intersetorial do Programa Criança Feliz de Sabará certamente contribui para os resultados de sua atuação no município.



dados sobre a primeira infância em TOCANTÍNIA / TO

população_
7.387 habitantes

Fonte: Portal Primeira Infância Primeiro no Município
APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR-CODE e ACESSE O SITE



O Comitê conta com a participação de órgãos voltados exclusivamente à população indígena.

A composição do Comitê Gestor de Tocantantia recentemente passou a incluir a área da Juventude, além dos representantes da Assistência Social, Saúde, Educação e Assuntos Indígenas. Um diferencial do Comitê é que os representantes ativos das áreas de Assistência Social e Educação são também secretários da gestão municipal. Além disso, foram emitidos ofícios que visam à inclusão de novos integrantes para representar o Conselho Tutelar, o Polo de Saúde Indígena e a Fundação Nacional do Índio (Funai), com a finalidade de institucionalizar parcerias que já têm ocorrido no âmbito do Comitê. Representantes de igrejas católicas e evangélicas também têm participado das reuniões, assim como a supervisora do Programa Criança Feliz (PCF).

O principal grupo atendido pelo PCF no município é formado por indígenas, que constituem 70% do público do programa. Assim, a participação de órgãos voltados exclusivamente à população indígena no Comitê, especialmente do Polo de Saúde Indígena, foi apontada como essencial para o bom funcionamento do programa.

A equidade é uma busca permanente do Comitê e do programa. Há uma visitadora indígena na equipe, o que facilita a construção de vínculo com as famílias indígenas. Os caciques, considerados atores fundamentais nessa aproximação e na criação de uma base de confiança, costumam ser mobilizados como parceiros para informar a situação das famílias.

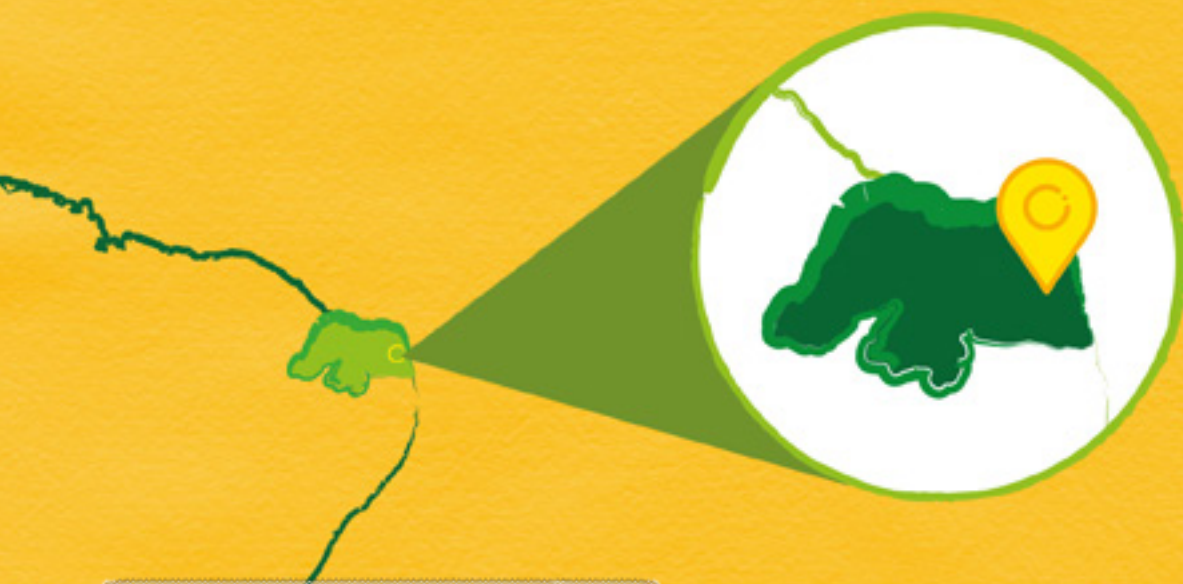
O Comitê Gestor Intersetorial de Tocantantia se reunia a cada três ou quatro meses antes da pandemia. Apesar das oportunidades mais escassas de reunião, em virtude da Covid-19, o comitê busca manter contato virtual e dar sequência ao planejamento anual em relação ao PCF, inclusive às ações conjuntas das áreas, como visitas planejadas de psicólogos, pedagogos e assistentes sociais às aldeias, com o objetivo de assegurar múltiplos olhares para o cuidado de uma mesma criança.

2. FUNCIONAMENTO E ATUAÇÃO DOS COMITÊS



2.1 REUNIÕES DO COMITÊ

De acordo com o Manual de Gestão Municipal do PCF (2020), as reuniões do Comitê Gestor Intersetorial devem acontecer periodicamente e são nelas que deverão ser feitos os encaminhamentos necessários para o atendimento das demandas das famílias beneficiárias do programa. As reuniões estimulam a troca de experiências bem-sucedidas e promovem a colaboração entre os diferentes setores para a solução de demandas identificadas nas visitas domiciliares. Viabilizam a elaboração de planos e o monitoramento dos resultados do Programa.



dados sobre a primeira infância em

BOM JESUS / RN

população_

10.267 habitantes

Fonte: Portal Primeira Infância Primeiro no Município

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR-CODE e ACESSE O SITE



O comitê passou a ser um espaço de deliberação e reflexão sobre novas estratégias de atuação diante da pandemia.

O município de Bom Jesus já participou de outras iniciativas de cunho interdisciplinar ligadas à primeira infância, como o Selo UNICEF, nas edições 2005-2006, 2007-2008, 2009-2012 e 2017-2020. A Lei 327 de 2013 regulamenta a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e a Lei 353 de 2016 autoriza o Poder Executivo a aderir ao Plano Municipal pela Primeira Infância.

Bom Jesus abraçou o Programa Criança Feliz (PCF) logo após seu lançamento pelo governo federal, entre o final de 2016 e início de 2017. O tema da primeira infância já estava em debate na Câmara dos Vereadores em 2016. O Comitê Gestor do PCF de Bom Jesus foi criado pelo Decreto Municipal nº 8 de 2017, que designou as seguintes secretarias e instituições para sua composição: Trabalho, Habitação e Assistência Social, Educação e Cultura, Saúde, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Tutelar e Pastoral da Criança.



Foto: Edylon Santos - Prefeitura Bom Jesus



Fotos: Edylon Santos - Prefeitura Bom Jesus

Antes da pandemia, o comitê realizava reuniões mensais informadas pelo relatório produzido pela supervisora e por demandas trazidas pelos visitantes. As reuniões abordavam ainda temas ou eventos importantes ligados à primeira infância, como o 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Um tema recorrente refere-se às medidas capazes de garantir a frequência das crianças às escolas – especialmente por conta do Bolsa Família. Analisam-se estratégias diversas para atingir essa meta, como, por exemplo, orientar os pais nas próprias escolas.

Após a pandemia, as reuniões passaram a acontecer virtualmente e com menor frequência - a cada dois meses. A comunicação, no entanto, foi mantida, especialmente porque a nova conjuntura gerou muitas dúvidas sobre como dar continuidade às ações. Dessa forma, o comitê serviu como um espaço para repensar as estratégias de atuação na pandemia.

"A gente tem uma troca constante sobre formação continuada. Neste momento, é importante a busca por conhecimento, o que está dando certo e o que não está, para refletir sobre nossas práticas. Nos congressos, a gente escuta muita coisa além da teoria."
(Membro do Comitê Gestor de Bom Jesus/RN)

dados sobre a primeira infância em

SÃO RAIMUNDO NONATO / PI

população_
34.877 habitantes

Fonte: Portal Primeira Infância Primeiro no Município
APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR-CODE e ACESSE O SITE



As reuniões contam com a participação da supervisora e de representantes de CRAS e CREAS.

São Raimundo Nonato fica a 523 quilômetros de Teresina, a capital do Estado. A cidade já participou de algumas iniciativas voltadas à primeira infância ao longo das duas últimas décadas. Ganhou o Prêmio Selo UNICEF em 2005-2006 e fez parte do Programa Prefeito Amigo da Criança entre 2013 e 2016. Aderiu ao Programa Criança Feliz (PCF) em janeiro de 2017.

O Comitê Gestor do Programa Criança Feliz em São Raimundo Nonato foi instituído pelo Decreto nº 2 de 17 de julho de 2017 junto à Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, com a finalidade de planejar e articular as ações necessárias para alcançar os objetivos do Programa.

É formado por um corpo técnico que inclui psicóloga, assistentes sociais, pedagoga, coordenadoras educacionais e técnica de enfermagem. Foram escolhidos membros que fazem parte da gestão dos serviços, com o objetivo de facilitar os processos de encaminhamento. A representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) também atua em uma instância voltada a pessoas com deficiência, e tem inserido essa pauta nas discussões do Comitê.

O Comitê Gestor de São Raimundo Nonato atua com foco na promoção da articulação intersetorial para o atendimento das necessidades dos beneficiários e fortalecimento da rede. Grande parte dos assuntos tratados está relacionada à necessidade de fonoaudiologia e psicoterapia para crianças com deficiência, que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). Os problemas identificados incluem questões de fala, problemas afetivos e baixo desenvolvimento de habilidades.

Antes da pandemia, as reuniões do comitê aconteciam no prédio da Secretaria de Assistência Social todos os meses ou com maior frequência, no caso de surgirem demandas urgentes. A participação das diversas áreas geralmente se dava pelo membro titular ou pelo suplente. Mas, às vezes, todos os membros participavam.

Havia reuniões em que participavam também os técnicos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

A supervisora do PCF participava de todas as reuniões. Ela apresentava os casos, que eram discutidos a fim de encontrar as soluções mais efetivas. Todas as demandas eram encaminhadas por meio do comitê para os respectivos setores, conforme as necessidades.

No contexto de pandemia, as demandas têm sido encaminhadas por um grupo de WhatsApp e também em reuniões por vídeo. A supervisora apresenta os casos e detalha suas necessidades. Acontecem, ainda, reuniões presenciais menores - com três ou quatro membros - principalmente entre profissionais da Assistência Social, que trabalham no mesmo local.

Foto: Eliseu Paes Landim / Prefeitura São Raimundo Nonato



Foto: James de Sousa Silva / Prefeitura São Raimundo Nonato

2.2 ATUAÇÃO DO COMITÊ PARTICIPAÇÃO E INFLUÊNCIA EM INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Para promover o desenvolvimento integral das crianças, é importante que a gestão municipal disponibilize recursos para as ações necessárias, por meio das políticas públicas locais de Assistência Social, Saúde e Educação, entre outras. Uma ação pública só se viabiliza quando é incluída nos planos e orçamentos. O poder deliberativo do comitê pode influenciar os planos setoriais de modo a garantir a oferta dos serviços sociais. Pode também influenciar a elaboração, aprovação e implementação dos Planos Plurianuais e Planos Municipais pela Primeira Infância, de forma a refletir a intersecção das políticas.



dados sobre a primeira infância em

ILHA COMPRIDA / SP

população_

11.362 habitantes

Fonte: Portal Primeira Infância Primeiro no Município

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR-CODE e ACESSE O SITE



O município atuou no sentido de influenciar a gestão municipal no encaminhamento e elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância.

“Resumo assim os dois primeiros anos, de 2017 e 2018: A gente se reunia para falar de falta de leite, falta de vaga na creche, de criança que ainda não tinha sido vacinada, coisas do dia a dia. Agora, nos reunimos para falar de políticas públicas mesmo, com reuniões pautadas por planos de atendimento, como atender aquelas famílias e de que forma podemos contar com o Agente Comunitário na Saúde e com os professores na Educação.”

(Membro da equipe do PCF de Ilha Comprida/SP)

O município de Ilha Comprida apresenta uma longa trajetória em ações de proteção de crianças e adolescentes, com uma política específica aprovada na Câmara Municipal (Lei Municipal 48 de 1993). Aderiu ao Programa Criança Feliz (PCF) em março de 2017 e lançou-o em setembro daquele ano. Além disso, em 2020, adotou o projeto “Protegendo as crianças e os adolescentes do Litoral Sul de São Paulo”, uma realização do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Ministério Público do Trabalho (MPT).

O Comitê Gestor Intersetorial do PCF em Ilha Comprida tem buscado influenciar a gestão municipal. Nesse sentido, tem feito um trabalho de convencimento do prefeito para encaminhar a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), já que o público infantil esteve entre as prioridades no plano de governo anunciado em sua candidatura. A expectativa é de que, uma vez aprovado o PMPI, o orçamento para a primeira infância esteja garantido e seja mais transparente.

O comitê tem se reunido para convencer a Câmara dos Vereadores sobre a importância do PMPI. Entretanto, a elaboração integral e a aprovação do PMPI ainda não foram concretizadas. Com isso, ainda não há recursos assegurados para a primeira infância. Obteve, contudo, verbas para a realização de eventos como a Semana do Bebê e a

Semana do Brincar. Além disso, o comitê mantém a intenção de buscar recursos por meio de parcerias, por exemplo, com o Poder Judiciário e o Ministério Público, tendo em vista a possibilidade de viabilizar a transferência de recursos para a primeira infância, oriundos de multas. Um modo paliativo de contornar necessidades e suprir demandas tem sido a mobilização de recursos por meio do Fundo Social de Solidariedade.

Nessas tentativas de influenciar a gestão municipal, destaca-se ainda a ênfase dada pelo comitê à implementação de uma das diretrizes curriculares para a educação infantil contidas no Plano Municipal de Educação (Lei nº 1.217 de 12 de maio de 2015): a de que toda creche deve contar com um profissional de educação física. A partir dessa maior atenção ao público infantil, o município passou a oferecer atividades esportivas para essa faixa etária, no contraturno e dentro da escola. Segundo os entrevistados, a atuação do comitê foi responsável por eliminar a fila para creches em 2019. Além disso, o comitê vem defendendo a criação de espaços públicos de lazer e a instalação de equipamentos específicos, de acordo com o número de crianças.

O comitê tem procurado ainda encaminhar demandas com justificativas detalhadas para o prefeito e seus secretários.

Fotos: Divulgação/Prefeitura Municipal de Ilha Comprida



2.3 ATUAÇÃO DO COMITÊ PLANO DE AÇÃO INTERSETORIAL

A execução do Programa Criança Feliz (PCF) e a atuação do Comitê devem estar baseadas em planos de ação intersetoriais. Um plano de ação é um instrumento utilizado para sistematizar ações, direcionar prioridades, definir metas, responsáveis e prazos, promover a utilização eficiente dos recursos disponíveis, facilitar o monitoramento e aumentar as possibilidades de alcançar resultados concretos, podendo ser utilizado como subsídio na superação de eventuais desafios. A participação de diversos setores na elaboração de um plano tem impacto na abrangência e efetividade das ações dele decorrentes. No caso do PCF, não se indica um modelo de plano, pois se consideram sempre a autonomia de cada município e as suas particularidades. No entanto, o Manual de Gestão Municipal do PCF traz orientações para a elaboração do Plano de Ação e indica os principais pontos a serem considerados.

BOA VISTA | RR

Resultados mais concretos podem ser obtidos por meio de ações pautadas por um planejamento estratégico anual voltado às políticas de primeira infância.

O Comitê Gestor Intersetorial do Programa Criança Feliz (PCF) de Boa Vista é uma instância de planejamento e tomada de decisões. Dentre elas, estão as relacionadas a orçamento (consumo, recursos humanos, suporte, etc.) e projetos para a primeira infância.

Em 2021, as reuniões do comitê vêm tendo como foco a elaboração do novo Plano Plurianual Municipal (PPA 2022-2025) e do Planejamento Estratégico Anual voltado à primeira infância.

O comitê tem buscado avançar na organização de dados e indicadores para pautar sua gestão. Para isso, empreendeu a criação de um sistema que identifica e monitora pontos críticos relacionados às crianças. Os membros do comitê trabalharam na definição de 10 alertas de risco, como gravidez na adolescência e crianças fora da escola, e na maneira como esses dados devem ser coletados.

Um desafio de articulação intersetorial tem sido o aumento dos movimentos migratórios em Boa Vista nos últimos anos. Em 2017/2018, o número de imigrantes na cidade aumentou muito com a chegada, principalmente, de venezuelanos e haitianos, e houve dificuldade de se articular apoio junto a ONGs e agências. O público-alvo das políticas sociais dobrou e isso impactou o planejamento anual, sobrecarregando as secretarias. Havia, por exemplo, questões relacionadas à documentação das pessoas, principalmente dos venezuelanos. Outro desafio passa pela comunicação em idiomas diversos. Como relatado por um membro do Comitê municipal: “às vezes, é difícil traduzir o que a família precisa”.

SABARÁ | MG

A valorização da intersetorialidade está representada no Marco Lógico, um instrumento que estabeleceu objetivos, estratégias conjuntas, resultados, metas e monitoramento, favorecendo a atuação do comitê.

No município de Sabará, a intersetorialidade foi um dos primeiros desafios a serem superados pelo Comitê Gestor Intersetorial do Programa Criança Feliz (PCF):

“Era complicado contar com a intersetorialidade, pois nem todos os gestores têm a mesma compreensão sobre a sua importância. No entanto, sabemos que nenhum trabalho com as famílias é possível sem contar com a intersetorialidade. Ainda mais sendo um programa que tinha enfoque na Saúde, mas era de competência da Assistência Social.”
(Membro do Comitê Gestor de Sabará/MG)

Em Sabará, percebeu-se a influência do Comitê Gestor na discussão sobre a política municipal da primeira infância, que não havia sido implementada até o início de 2021. O comitê tinha o objetivo de estabelecer essa política, porém não conseguiu avançar diante dos desafios gerados pela pandemia da Covid-19. A valorização da pauta da primeira infância e a defesa dessa agenda pelos membros do comitê junto às secretarias ou conselhos em que atuam vêm contribuindo para a priorização de ações relacionadas, como, por exemplo, a continuidade do pré-natal e a garantia do acesso a laboratórios médicos pelas gestantes durante a pandemia.

Em relação ao próprio PCF, o comitê tem um papel central no planejamento e monitoramento. A partir da elaboração do Marco Lógico, foram definidas 22 atividades, metas e os resultados passaram a ser monitorados. A partir da definição das atividades, o comitê também organiza o orçamento do programa e toma decisões sobre despesas do PCF baseadas nas demandas da equipe de execução. Por exemplo: a necessidade de alocar veículos para acessarem alguns territórios e a compra de aventais e mochilas para os visitantes. O comitê atua, ainda, na captação de recursos, tendo apresentado, em edital nacional, projeto de criação de um núcleo pedagógico.

Foto: Edvaldo Xerente - Prefeitura de Tocantínia



TOCANTÍNIA | TO

O comitê elabora um planejamento anual a partir do plano de ação do Programa Criança Feliz e adota uma atuação estratégica.

Em Tocantínia, 70% das pessoas atendidas pelo Programa Criança Feliz (PCF) são indígenas e o restante é formado por assentados, que habitam predominantemente a área rural do município. Mais de 20 aldeias têm gestantes e crianças acompanhadas pelo programa e há demanda reprimida por mais atendimentos, pois há mais de 90 aldeias na região. Na medida em que o PCF tem ganhado a confiança dos indígenas, a procura por atendimento tem crescido. Adaptando-se a esse contexto, o PCF incluiu em sua equipe uma visitadora indígena e um visitador assentado. Atualmente, cerca de 180 gestantes vêm sendo acompanhadas.

O comitê faz o planejamento de suas ações a partir do plano de ação do PCF que é entregue no início do ano e formulado com a participação da equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). De maneira complementar, a Assistência Social mantém um grupo de estudos com reuniões mensais, frequentadas pelos visitantes do programa, que informam os membros sobre a política de assistência. Durante a pandemia da Covid-19, esse grupo tem enfrentado desafios para se reunir, mesmo que remotamente, por conta das dificuldades de acesso a aparelhos celulares e internet.

A atuação do comitê tem sido estratégica. Busca incluir demandas relacionadas à primeira infância nos planos anuais das diferentes secretarias e no orçamento municipal. Ao mesmo tempo, mantém parcerias com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), a Defensoria Pública e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para atendimento dessas demandas e o fortalecimento das ações desenvolvidas.



Foto: Divulgação/Prefeitura Municipal de Ilha Comprida

2.4 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DO COMITÊ

Comitês Gestores exercem um papel estratégico e voltado para resultados. Para tanto, lançam mão de instrumentos de planejamento. O Plano de Ação Intersectorial e o Plano Municipal pela Primeira Infância sistematizam as ações do programa assim como permitem seu monitoramento. Os instrumentos de acolhimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas relatadas pelas visitadoras promovem a intersectorialidade capaz de contribuir para o atendimento integral às crianças e suas famílias.

BOM JESUS | RN

O comitê tem como foco a abordagem intersetorial da família como um todo e sua atuação busca a garantia de acesso das crianças aos serviços sociais

O Programa Criança Feliz (PCF) conta, em Bom Jesus, com uma supervisora e seis visitantes para o atendimento de crianças e famílias, tanto na área urbana quanto na rural, inclusive em comunidades quilombolas.

Buscando assegurar o acesso das crianças aos serviços sociais, por exemplo, garantindo os cartões de saúde e a frequência escolar (com o cumprimento das condicionantes do Bolsa Família), o Comitê Gestor do PCF adotou como estratégia a abordagem intersetorial da família como um todo, por perceber que a criança não está isolada de seu contexto familiar. Que não basta oferecer atividades para as crianças sem lidar com os problemas familiares que as circundam, como fome, violência doméstica, alcoolismo, uso de drogas e desemprego.

"A criança não aprende com fome. A criança não aprende doente. Primeiro, as necessidades básicas."

(Membro do Comitê Gestor de Bom Jesus/RN)

O percentual de crianças e adolescentes vulneráveis à pobreza é muito alto em Bom Jesus. O comitê se preocupa em fortalecer o acesso das famílias com gestantes e crianças na primeira infância às políticas públicas e entende que o trabalho intersetorial oferece vantagens nesse sentido. O comitê aproveita a complementaridade da atuação dos visitantes, Agentes Comunitários de Saúde e Agentes da Pastoral da Criança para garantir o vínculo com as famílias, mesmo que elas mostrem resistência às diferentes abordagens. A lógica é que se a família se mostrar resistente à abordagem do visitante, é possível contar com a ajuda do Agente Comunitário de Saúde ou do agente da Pastoral da Criança para reforçar o vínculo.

O comitê busca garantir agilidade ao encaminhamento das demandas que recebe. Há interlocução entre os membros para dar seguimento a demandas específicas, definindo responsáveis por cada uma. Da mesma forma, também se busca agilidade no atendimento quando um usuário busca uma secretaria ou equipamento da rede.

"Com a chegada da demanda, já faço a interlocução com o responsável. Se uma criança está sem cartão de saúde e precisa de alguma ação, quando ela chega à secretaria, ela procura a pessoa responsável, que já vai estar ciente e pode agilizar o processo."

(Membro do Comitê Gestor de Bom Jesus/RN)

Outro caso emblemático de como o comitê tem atuado para solucionar problemas relaciona-se à questão da conscientização das famílias para a importância da vacinação em geral e especialmente contra a Covid-19. Essa questão relaciona-se a diferentes áreas: a falta de vacinação gera impactos na Educação, pois estar com a vacinação em dia é um dos requisitos para a matrícula nas escolas; na Assistência Social, pelas condicionalidades do Bolsa Família; nos Direitos Humanos, pois a vacinação é um dos direitos das crianças. Por essas razões, realizou-se um trabalho em rede, após a sensibilização efetivada por visitantes e agentes de saúde.



dados sobre a primeira infância em

CORUMBÁ / MS

população_

112.058 habitantes

Fonte: Portal Primeira Infância Primeiro no Município

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR-CODE e ACESSO O SITE



O Comitê Gestor mobilizou a equipe do PCF para divulgar atividades e recursos disponíveis no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e aproximar as famílias dos equipamentos da rede. Definiu estratégias para a adequação do atendimento durante a pandemia, priorizando a continuidade da visitação às famílias mais vulneráveis.

Corumbá é o maior município, em extensão territorial, da região Centro-Oeste, com uma área de cerca de 64 mil quilômetros quadrados (área superior à de alguns países). Nesse contexto, o Programa Criança Feliz (PCF) atende cerca de 700 famílias, distribuídas em aproximadamente cinco regiões, cada uma delas com um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Atuam no PCF dois supervisores e 23 visitantes.

As ações do município voltadas à primeira infância antecedem a adesão ao PCF, ocorrida em 2017. Em 2014, foi criada a Comissão de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), aprovado no mesmo ano pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). O município estabeleceu a meta de universalizar a educação na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e de ampliar a oferta de educação em creches para crianças de até 3 anos, com seu Plano Municipal de Educação (PME), em 2015. Recentemente, readequou o Plano Municipal para a Infância e Adolescência (PMIA) para o período 2020-2024. Em 2020, a atuação do município nesse campo foi reconhecida pelo Programa Prefeito Amigo da Criança, da Fundação Abrinq.

A articulação intersetorial no município também foi relatada como uma prática anterior ao PCF, especialmente entre as áreas da Assistência Social e da Saúde e, em menor grau, Educação. As três áreas já se reuniam para discutir casos, demandas e estratégias de atuação.

No início da implementação do PCF no município, foram realizadas reuniões junto às comunidades de cada território com o objetivo de sensibilizar o público-alvo do programa. As reuniões eram realizadas tanto nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)

quanto em espaços alternativos, como a Associação Boliviana. Além dessa iniciativa, as ações do programa foram divulgadas no website e nas redes sociais da prefeitura e em páginas pessoais dos próprios membros do comitê gestor.

Todas essas iniciativas trouxeram reconhecimento ao PCF no município. Hoje há uma demanda espontânea de famílias interessadas na inclusão de atendimento pelo programa.

A equipe do PCF foi mobilizada também no reforço da divulgação das atividades e recursos disponíveis no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para as famílias, especialmente o serviço de convivência. Esse reforço visou a aproximar mais as famílias dos equipamentos da rede - um desafio particular em Corumbá, dadas as grandes distâncias envolvidas. O CRAS centraliza o encaminhamento de demandas do público das ações voltadas à primeira infância.

Um exemplo de prática intersetorial promovida pelo comitê é a capacitação de visitantes. O comitê elabora um cronograma de formação continuada em temas variados, por meio de reuniões mensais. Um exemplo foi a formação de visitantes na contação de histórias, realizada com a colaboração da Fundação da Cultura e do Patrimônio Histórico do município.

Com o início da pandemia da Covid-19, o comitê serviu também como fórum para discutir a priorização das famílias mais vulneráveis de modo a não se interromper a visitação, estratégias de como acessar famílias sem telefone durante a pandemia, bem como a articulação de protocolos junto à área da Saúde para orientar a atuação dos visitantes na nova conjuntura sanitária.

"Entramos em um consenso de que seria importante manter as visitas presenciais às pessoas que não tinham telefone ou Whatsapp. Cerca de 270 famílias ficaram com atendimento presencial e o restante, remoto."
(Membro do Comitê Gestor de Corumbá/MS)

ILHA COMPRIDA | SP

O comitê formulou protocolos de atendimento e investiu na formação dos visitantes. Identificou uma mudança de perfil das demandas durante a pandemia e respondeu com adaptações na estratégia de atuação.

Em seu primeiro ano de funcionamento, o Comitê Gestor Intersetorial do Programa Criança Feliz (PCF) de Ilha Comprida realizava reuniões periódicas - até duas vezes por mês - com o objetivo de sensibilizar os profissionais envolvidos, principalmente da área da Assistência Social, menos experientes que os da Saúde e Educação, com relação à abordagem da faixa etária conhecida como primeira infância. As reuniões tratavam ainda de casos específicos e decidiam-se prioridades diante de um número escasso de visitantes (quatro) em um território amplo (74 quilômetros de extensão). O Programa foi ampliado e, atualmente, o município conta com uma coordenadora, um supervisor e oito visitantes.

O comitê gestor tem foco na resposta às demandas recebidas, porém sua atuação também tem contemplado a formulação de protocolos de atendimento e a formação dos visitantes. Um dos desafios identificados pelo comitê logo no início da implementação do Programa foi quanto ao atendimento de crianças com deficiência inscritas no Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito do PCF. Partiu do comitê a iniciativa de buscar a colaboração da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) com o propósito de complementar a orientação dos visitantes, organizando uma cartilha e sessões de capacitação para os visitantes. Outra dificuldade identificada foi em relação à abordagem das gestantes pelo PCF. Os visitantes passaram por capacitação a partir da cooperação com os Agentes Comunitários de Saúde, inclusive para estabelecer o papel de cada um desses atores em relação às gestantes. O comitê também influenciou diretamente a seleção dos visitantes para garantir perfis adequados à atuação no PCF. Nas capacitações, os gestores e os profissionais envolvidos com o PCF têm tido oportunidade de entrar em contato com evidências relevantes a respeito da primeira infância:

"Hoje a gente sabe, graças às capacitações - muito boas por sinal, ótimas profissionais - que o cérebro aprende se emocionando. Eu fui para essas capacitações e aprendi muito."
(Membro da equipe do PCF de Ilha Comprida/SP)

Parte da articulação intersetorial no município passa pela promoção de eventos, como a Semana do Bebê, a Semana da Criança e a Semana do Brincar, que são oportunidades concretas de colaboração entre áreas diversas. Nesses eventos, as áreas oferecem, de forma conjunta, atividades nos territórios, visando a aproximar a comunidade da rede de serviços do município, um dos objetivos do comitê.

No evento de Apresentação do PCF, houve articulação ampliada com a Pastoral da Criança e a igreja, que cedeu o espaço para a realização do evento:

"A gente levava o Cadastro Único para atualizar. A gente levava a prefeitura para a comunidade. Com um ônibus da Educação, que ia pegando as mães nos pontos para levar até a Pastoral, a igreja que tinha lá na comunidade. Lá, a gente espalhava os visitantes para bater de porta em porta para fazer o convite. E aí vinha a vizinha, vinham crianças que não participavam do programa, maiorzinhas. A gente levava todos os materiais que eram construídos durante

a semana para as crianças terem contato. O Esporte levava o relaxamento e o alongamento para as mães enquanto as crianças brincavam. A gente via as mães brincando com os filhos. A gente permaneceu nesse local durante um ano fazendo atividades uma vez por mês."

(Membro da equipe do PCF de Ilha Comprida/SP)

A iniciativa de promover ações desse tipo no território é ainda mais relevante em Ilha Comprida pela dificuldade de locomoção, resultante das grandes distâncias entre os bairros. Em questionário aplicado pela Assistência Social às famílias, muitas relataram que não teriam condições de ir até o CRAS para ter acesso às atividades.

A pandemia da Covid-19 trouxe uma mudança no perfil das demandas recebidas pelo comitê, com relatos de aumento da violência doméstica e de casos de crianças com obesidade e depressão. A estratégia adotada para o enfrentamento dessas demandas passou por reuniões online e presenciais entre as diretorias de Saúde, Educação e Assistência Social para proporcionar um atendimento integral para essas famílias.

Uma questão que surgiu durante a pandemia foi a falta de uma plataforma para inserção e troca de conteúdos para os alunos da creche, uma vez que já existia uma desse tipo para alunos de outros níveis. Essa ferramenta ajudaria a não sobrecarregar os aparelhos celulares dos pais com materiais digitais, por exemplo. A demanda foi encaminhada pelo comitê gestor e a plataforma foi disponibilizada às creches.

As reuniões presenciais foram suspensas temporariamente no início da pandemia e o comitê passou a utilizar, para a troca de informações, tanto um sistema de comunicação interno da prefeitura quanto um grupo de Whatsapp, pelo qual os membros conversam diretamente. Decidiu-se, depois, pela continuidade das visitas do PCF, seguindo protocolos de saúde:

"As nossas crianças do Criança Feliz continuaram sendo visitadas, foi decidido isso. A gente parametrizou todos os visitantes. Eles iam da cabeça até a ponta do tênis com tudo: com luva, tudo que você imaginar. Como são famílias que tinham vínculos com os visitantes, elas continuaram deixando o visitante entrar. Alguns levavam material, deixavam tarefa de casa, a gente fez vídeo remotamente."

(Membro da equipe do PCF de Ilha Comprida/SP)



Foto: Divulgação/Prefeitura Municipal de Ilha Comprida

MARCO | CE

Reuniões para o alinhamento entre as áreas, troca de conhecimentos e a discussão de casos considerados mais complexos, que demandam a articulação entre diferentes pastas e o envolvimento de conselhos.

A constituição original do Comitê Gestor Intersetorial do Programa Criança Feliz (PCF) no município de Marco, em 2019, incluiu membros com diferentes níveis de decisão dentro da Prefeitura: a Secretária Municipal de Assistência Social, uma coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), um assistente social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), formadoras educacionais, um conselheiro tutelar e o gerente de Vigilância Epidemiológica.

Participavam das reuniões os membros do comitê, a supervisora do PCF no município e, por vezes, os visitantes do programa. Este é um comitê em que se destaca o papel da supervisora, considerada bastante atuante. Ela solicita as reuniões, levanta as principais pautas e apresenta as demandas do Programa, inclusive aquelas já solucionadas como forma de manter um monitoramento das ações.

As reuniões tinham caráter informativo e de troca de conhecimentos. As políticas da Assistência Social, por exemplo, eram consideradas pouco conhecidas pelos outros setores. Estimulava-se o diálogo sobre ações, estratégias e periodicidade das atividades. Havia uma atenção especial aos casos considerados mais complexos, para os quais se fazia necessário “um olhar especial”. Muitas das demandas tratadas relacionavam-se a temas da Saúde. O papel dos membros era fazer a ponte com secretarias e conselhos de origem, levando as questões levantadas para os dirigentes de suas pastas. Para a tomada de decisão, a articulação se realizava entre os secretários.

Além das reuniões, a supervisora tinha acesso direto aos membros do comitê, quando era necessário encaminhar demandas urgentes.



Foto: Divulgação/Prefeitura Municipal de Marco

2.5 USO DE EVIDÊNCIAS/ DIAGNÓSTICO

O uso de dados e informações sobre a realidade dos territórios e das famílias dos municípios é de fundamental importância para a compreensão do contexto e para o dimensionamento e planejamento das ações, tanto do PCF, quanto dos outros setores. O uso de indicadores em conjunto com informações qualitativas viabiliza também o monitoramento e a avaliação dos planos de maneira integrada e consistente.

BOA VISTA | RR

O observatório de Boa Vista monitora 10 alertas de risco, como gravidez na adolescência e crianças fora da escola.

Nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), onde o Programa Criança Feliz (PCF) é operacionalizado em Boa Vista, os dados mais utilizados são da base do Cadastro Único (CadÚnico). Também são utilizados indicadores da Saúde, como índices de vacinação e de gravidez na adolescência, e da Educação, como os dados de oferta e demanda por creches para definir as prioridades de visitação nos territórios dos CRAS. As visitas começaram pelas áreas com os piores índices e elaborou-se um planejamento estratégico específico para essas áreas – a construção do caminho da primeira infância.

O município possui um sistema próprio de inserção e obtenção de dados, o Cidade Social, com foco nos projetos sociais. Os dados são utilizados para subsidiar a tomada de decisões. Durante a pandemia da Covid-19, por exemplo, foi necessário adequar o funcionamento das escolas e, para isso, era preciso saber quantos alunos venezuelanos estavam matriculados. O sistema fornece esses dados. O Projeto Urban 95, da Fundação Bernard Van Leer, tem realizado investimentos para melhorar o sistema, que ainda enfrenta desafios, como a integração de dados de diferentes pastas. Ainda assim, o sistema é capaz de fornecer todos os dados do programa Família Que Acolhe (FQA), como número de famílias atendidas, gestantes, adolescentes, números por nacionalidade etc. Os dados são atualizados diariamente e podem ser consultados por meio de um painel online, o Observatório de Boa Vista⁴. O observatório reúne todos os dados municipais com o objetivo de apoiar o planejamento e a tomada de decisões em diversas frentes, contribuindo para tornar Boa Vista referência em qualidade de vida, com especial atenção às políticas relacionadas à primeira infância.

2.6 INTEGRAÇÃO ENTRE AS INFORMAÇÕES

As políticas sociais como Saúde, Educação e Assistência Social estão associadas a sistemas nacionais que geram informações e dados nas diversas esferas. No nível dos municípios, esses dados são utilizados na elaboração do planejamento e no monitoramento das ações daquelas pastas. Em políticas transdisciplinares, como no caso daquelas voltadas à Primeira Infância, os gestores têm o desafio de integrar os dados de todos esses sistemas.

Fotos: Priscila Marcelino/ Prefeitura Municipal de Sabará





SABARÁ | MG

Marco Lógico e integração de informações como estratégia de monitoramento.

Para orientar a execução do Programa Criança Feliz (PCF) em Sabará, o comitê gestor desenvolveu um Marco Lógico, composto por objetivos, estratégias, 22 atividades vinculadas a resultados esperados no curto prazo (seis meses), médio prazo (dois anos) e longo prazo (mais de dois anos). Esse instrumento propõe a medição de indicadores de impacto, efetividade, desempenho e operacionais, e os respectivos meios de verificação, que permitem o monitoramento e a elaboração de relatórios do programa produzidos pelo comitê.

Os relatórios do PCF são elaborados desde o início de sua implementação com dados organizados por área e são compartilhados nas reuniões do comitê com a equipe técnica e os visitantes.

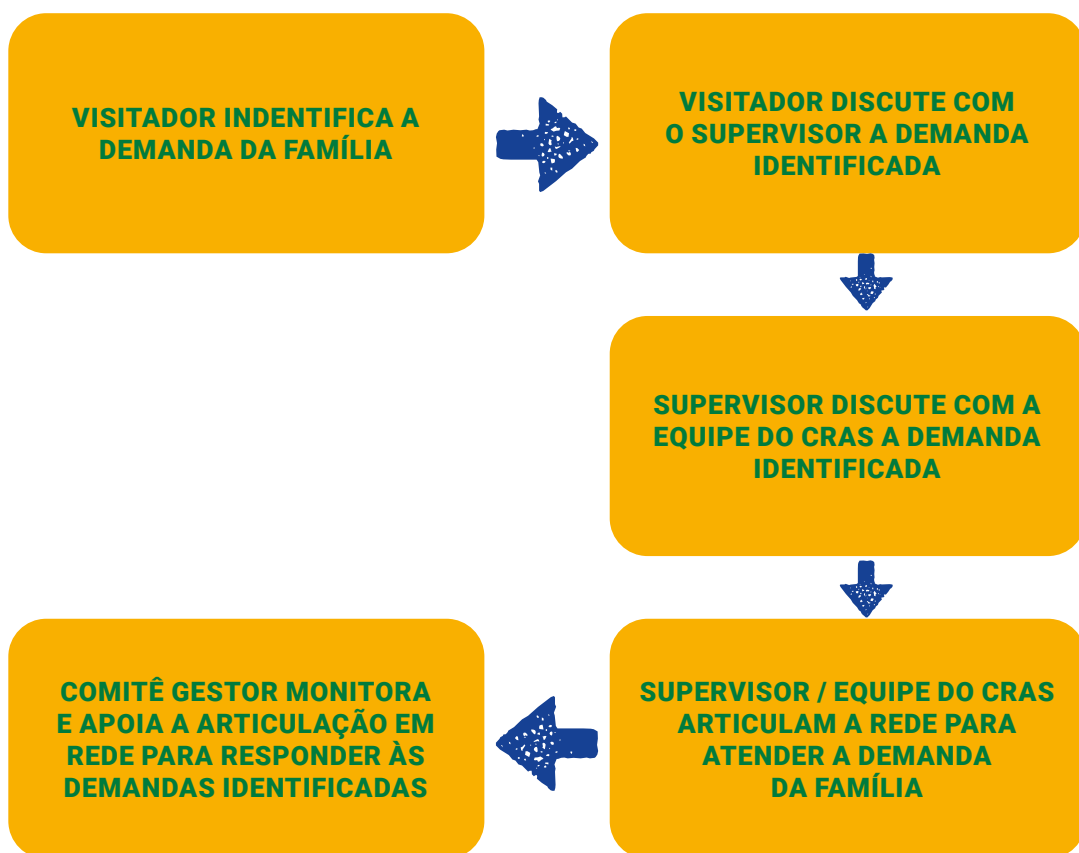
Ter um diagnóstico socioterritorial mais claro assim como dos serviços prestados pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é considerado um desafio. Para lidar com isso, o município estabeleceu uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Também busca melhor qualidade da conexão à internet nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). A pandemia evidenciou e tornou mais urgente a necessidade de solucionar essas questões. O comitê gestor tem como prioridade, em 2021, estabelecer a integração desses sistemas.

“Temos dificuldade de acesso a dados nos equipamentos. E agora, com a pandemia, temos que agilizar a solução dessas dificuldades.”
(Membro do Comitê Gestor de Sabará/MG)

2.7 RECEBIMENTO DAS DEMANDAS

Os Comitês Gestores recebem demandas identificadas junto às famílias atendidas pelo Programa Criança Feliz (PCF) e buscam solucioná-las por meio da articulação das redes das políticas municipais. De acordo com as orientações técnicas do Programa Criança Feliz (PCF), os visitantes identificam demandas junto às famílias e as relatam aos supervisores que, por sua vez, as reportam aos coordenadores. Nos casos em que não há a figura do coordenador, os supervisores repassam as informações para a equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em reuniões voltadas à discussão dos casos dos beneficiários que necessitarão de apoio intra ou intersetorial, conforme fluxograma indicado no Guia para Visita Domiciliar.⁵ Geralmente as demandas são encaminhadas em nível operacional; no entanto, algumas delas são mais complexas e exigem uma articulação em nível decisório junto às políticas municipais.

GUIA PARA VISITA DOMICILIAR



5 Guia para visita domiciliar: Manual/ Ministério da Cidadania. 1. ed. rev. atual. – Brasília: Ministério da Cidadania, 2019.

ESTEIO | RS

Por meio de visitas aos territórios, o comitê conhece melhor a realidade, as lacunas de serviços e as oportunidades para o desenvolvimento integral das crianças.

O Comitê Gestor Intersetorial do Programa Criança Feliz (PCF) de Esteio não planeja suas ações apenas com base em dados ou indicadores, mas também a partir da sensibilidade adquirida nas constantes visitas aos territórios. A prioridade de atuação é definida a partir do grau de vulnerabilidade. Os relatórios preparados pelos membros do comitê para cada área apresentam dados quantitativos.

“Quando decidimos em qual território atuar, usamos indicadores, mas usamos também o nosso próprio conhecimento sobre esses territórios. Os dados mostram muito, mas nosso município é pequeno, a gente anda muito na rua, a gente conhece. Não é que eu não confie nos dados, mas eles não mostram a informação de forma integrada, apresentam apenas dados quantitativos.”

(Membro do Comitê Gestor de Esteio/RS)

As demandas são levadas pelos visitantes às supervisoras e os casos, discutidos durante as reuniões do comitê. As habilidades e a experiência dos membros do comitê contribuem para ações como a busca ativa para matrículas em creches ou escolas, que consiste em contatar com antecedência as famílias que precisam matricular as crianças. Algumas demandas são mais difíceis de atender. Houve o relato de uma família de alta vulnerabilidade que não tinha telefone e, por isso, a comunicação tinha que ser feita pessoalmente. O comitê também tem discutido as questões de desigualdade que se intensificaram e devem ser ainda mais agravadas após a pandemia.

“Hoje, as demandas são sobre sobrevivência.”

(Membro do Comitê Gestor de Esteio/RS)

Em Esteio, toda família com crianças em situação de vulnerabilidade recebe uma cesta básica. No entanto, algumas famílias não têm acesso a essa informação, porque não possuem telefone. Um dos papéis dos visitantes é ajudar a informá-las.

O Comitê Gestor de Esteio se reinventou para lidar com a pandemia. Conseguiram continuar os atendimentos porque *“as famílias e demandas estavam lá”*, segundo um membro dessa instância. A comunicação se dá pelo WhatsApp ou por visitas realizadas no portão das casas⁶. Os visitantes foram todos vacinados para continuar as visitas. Formaram-se vínculos fortes com um grupo de gestantes, as que estão preparando o público futuro dos programas.

⁶ Devido à pandemia de Covid-19, especialmente nos municípios em que as visitas presenciais foram suspensas, o acompanhamento vem ocorrendo de maneira remota, conforme Portaria MC n. 621 de 31 de março de 2021.

“Uma simples visita no portão é capaz de mudar a pessoa naquele dia. Levar um brinquedo, uma informação para a família é muito importante.”

(Membro do Comitê Gestor de Esteio/RS)

“Na sexta-feira passada, a área de Educação recebeu informação sobre uma criança com paralisia cerebral, um irmão de 5 anos e pai com suspeita de Covid. Conseguimos uma articulação para que a família fosse atendida no posto de saúde, já que havia essa situação de risco na casa. O pai idoso foi examinado e encaminhado para vacinação. A mãe é HIV positiva, e não tem tempo de se cuidar. A supervisora foi com a visitadora e se deparou com o senhor de idade que não sabia sobre a vacina da Covid. A informação não chega para eles. Não têm Whatsapp, internet. A gente começa a ver qual fluxo funciona para esse senhor.”

(Membro do Comitê Gestor de Esteio/RS)

“Nós somos persistentes. Ligamos várias vezes para uma família. Pedimos para tirar o telefone do silencioso. Monitoramos. Porque aí vamos criando um hábito nas famílias que é possível.”

(Membro do Comitê Gestor de Esteio/RS)

Há demandas que exigem grande articulação, como a relatada a seguir:

“Temos uma família cuja mãe provia todo o sustento da casa. Analfabeta, trabalha de faxineira ou do que precisar, nunca deixou as crianças passarem fome. Toda semana ia buscar restos de frutas e verduras no Ceasa. Os filhos estão matriculados na escola. Ela tem 44 anos, é mãe de gêmeos de 2 anos, uma menina de 5 e alguns adolescentes. É casada com um rapaz usuário de drogas pesadas. Ela teve um AVC, ficou algum tempo internada, e voltou para casa com uma incapacidade. Dificuldade muito grande de falar, de caminhar, baixo peso, debilitada. E fica como? As crianças precisam ser assistidas e se não dermos condições para a mãe de se restabelecer minimamente, é abrigo. A gente consegue dar uma ajuda, um olhar para esse pai também, tentando ver se ele, de alguma forma, assume algumas questões - a cidadania entra aí também. A ajuda emergencial para a mãe não é para sempre, mas é uma ajuda, uma cesta básica, porque era ela que ia buscar o sustento. Recebe o Bolsa Família, mas não consegue sustentar a família com isso. As crianças estão na escola ou não? Como é que a gente faz para conseguir matricular? Agora piorou muito, porque mesmo com matrícula não vão, porque não tem aula. Em relação à saúde, ela teve alta do hospital e não veio com encaminhamento para neurologista - tentamos articular daqui, conseguir uma consulta, porque ela é analfabeta, não consegue se expressar. O companheiro tenta, mesmo sendo usuário, mas a questão é muito difícil. A gente articula tudo que pode para dar uma sustentação para que essa família consiga se reestruturar e sair daquela situação tão difícil.”

(Relato de membro do Comitê Gestor de Esteio/RS)

2.8

CONTROLE SOBRE AS DEMANDAS ENCAMINHADAS

Para acompanhar as demandas recebidas, uma vez que elas são encaminhadas às áreas competentes pelos mecanismos de referência e contrarreferência, o Comitê Gestor cria meios ou aproveita canais já existentes, e estabelece fluxos para acompanhamento das soluções junto às áreas envolvidas.

Fotos: Divulgação/Prefeitura Municipal de Ilha Comprida



ILHA COMPRIDA | SP

O município adaptou um protocolo que já existia na rede para ter maior controle sobre as demandas encaminhadas.

O município de Ilha Comprida conta com um sistema de comunicação em que qualquer cidadão pode abrir um protocolo online para encaminhar uma demanda. Esta demanda tramita internamente e o sistema gera uma resposta ao cidadão. Nessa mesma plataforma, os gestores e servidores podem facilmente trocar mensagens e elaborar memorandos internos, inclusive copiando outros servidores. O sistema informa aos seus usuários se as mensagens foram visualizadas ou não, o que facilita o monitoramento de respostas por parte das pessoas envolvidas. A plataforma também serve como um registro das demandas e seus encaminhamentos.

O Comitê Gestor Intersetorial do Programa Criança Feliz (PCF) de Ilha Comprida viu nesse sistema uma oportunidade e adaptou um protocolo que já existia na rede para que, a cada nova demanda trazida por uma área específica, seja disponibilizado um espaço para o preenchimento com propostas de ações. Assim, se um supervisor encaminha uma demanda para a área da Saúde, a gestora da Assistência tem condições de acompanhar o andamento dessa demanda. Além disso, a plataforma oferece a facilidade do envio de comunicações ao Gabinete. Com esse registro, questões podem ser debatidas nas reuniões de gestão que contam com a participação do prefeito. A percepção dos gestores é de que essa facilidade de acessar a informação tende a agilizar as respostas. As demandas mais comuns que chegam ao comitê dizem respeito a necessidades identificadas nas famílias, como a falta de leite, falta de vagas em creches e consultas. Estima-se que sejam relatados de dois a três casos por semana e a maioria deles seja solucionada.

2.9 MONITORAMENTO

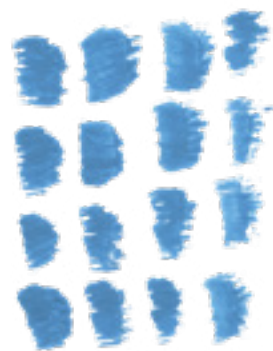
As ações do comitê gestor devem ser monitoradas de forma sistemática, o que depende da estratégia de atuação de cada comitê. O monitoramento pode ocorrer a partir das metas e indicadores definidos nos planos de ação ou com base em um controle sobre a solução das demandas.

ESTEIO | RS

O registro de decisões e ações em atas e relatórios detalhados para cada área de atuação como ferramenta de monitoramento.

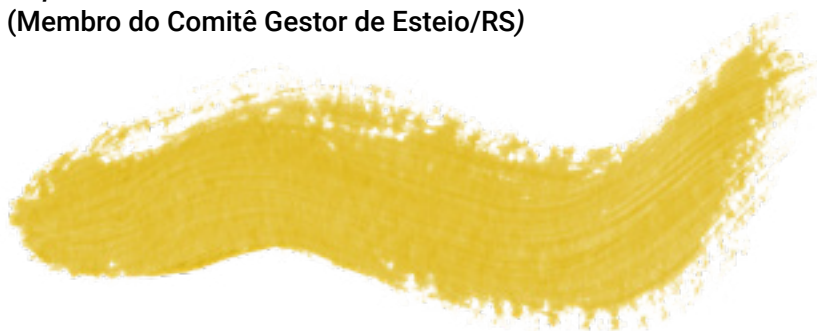
O Comitê Gestor de Esteio prepara atas de suas reuniões, registrando as decisões e ações relacionadas às demandas. Cada membro prepara relatórios para sua área de atuação. O relatório para a área de Assistência Social, por exemplo, informa todas as ações realizadas, adesões, número e perfil das famílias atendidas, que têm de estar registradas no Cadastro Único. Quando a atual supervisora do Programa Criança Feliz (PCF) juntou-se ao programa, em 2019, havia 44 adesões de famílias ao PCF. Hoje há 255.

A área da Saúde tem uma planilha com o número de consultas infantis, a partir de prontuários. Por meio dessa planilha, consegue verificar a quantidade de famílias que não estão levando as crianças para as consultas. Uma outra planilha acompanha as consultas das gestantes, com destaque para gestantes adolescentes.



“Quando começamos a captar adesões para nosso programa, checamos essas planilhas, dando preferência a gestantes adolescentes e pessoas com gestação de risco. Com a pandemia, gestantes e famílias pararam de ir às consultas. Visitadores se empenharam, incentivando-as a ir às consultas.”

(Membro do Comitê Gestor de Esteio/RS)



SABARÁ | MG

O monitoramento das atividades do Marco Lógico pelo comitê permite conhecer os avanços de forma técnica, ao mesmo tempo que se conhece a realidade das famílias por meio dos visitadores.

Sabará optou pela constituição de um comitê gestor com caráter estratégico. Um elemento central foi a elaboração e a utilização de um Marco Lógico para o programa como a base desse processo, permitindo um monitoramento contínuo dos resultados e o acompanhamento do alcance das atividades desenvolvidas. Destaca-se a capacidade do comitê em fazer uso do instrumento e treinar a equipe de supervisores na utilização da ferramenta. Os avanços e desafios são apresentados nas reuniões do comitê, a cada três meses, com análise dos resultados.

Esse acompanhamento do Marco Lógico pelo comitê junto à equipe de execução permite monitorar os avanços de forma técnica, ao mesmo tempo que se conhece a realidade das famílias, por meio dos visitantes.

“A gente vê os resultados acompanhando no marco lógico todos os indicadores de curto, médio e longo prazo. O sonho é a longo prazo: onde a gente quer chegar, o objetivo geral. Tudo é possível medir de forma quali e quantitativa, observando os vínculos fortalecidos, a interação do visitador com a criança e a qualidade das relações. Conhecendo a família e o território, o visitador observa a resiliência da família, que tem vulnerabilidades, mas tem aspectos de superação.”
(Membro do Comitê Gestor de Sabará/MG)

A inclusão da dimensão qualitativa pode ser considerada outro diferencial na atuação do comitê, que promove reflexões e análises conjuntas sobre os processos de trabalho e a qualidade dos serviços:

“Muitas vezes, os indicadores são simplistas, podemos alcançar de várias maneiras [...] A gente procurava se desvencilhar do número (por exemplo, famílias alcançadas) para entender o contexto. [Perguntava] mas, e na prática, como foi? Sair do que se espera do ponto de vista programático para a qualidade do processo [...] Quando os membros do comitê têm espaço para se posicionar, começam a trazer uma visão crítica sobre o que se faz na caixinha. Focar não só no resultado, mas na qualidade. Exemplo: as 7 consultas de pré-natal podem ser dadas para 70-80% das gestantes, mas são consultas de péssima qualidade.”
(Membro do Comitê Gestor de Sabará/MG)

A citação abaixo retrata a importância do Marco Lógico utilizado como ferramenta de monitoramento e avaliação da implementação do PCF em Sabará:

“Trazemos as experiências exitosas de outros programas e a sistemática do setor privado, a busca por resultados e os processos que levam a esses resultados. Se alguém não pode estar, o lastro desse planejamento está seguro e garantido nesse processo do Marco Lógico. Temos agora a oportunidade de monitorar a execução. Isso é a estrutura programática e sistematizada de todo o comitê gestor [...] com uma visão crítica sobre os processos de trabalho, o que é importante para o alcance de resultados.”
(Membro do Comitê Gestor de Sabará/MG)

A atuação do comitê orienta e apoia a implementação do PCF desde o início em Sabará, inclusive “dando umas cutucadas” e “trazendo a equipe para a zona de desconforto”, como relatado por um membro do comitê. Uma característica desse grupo é a vontade de ir além do esperado e do que já se alcançou.

O comitê percebe como desafio atual a melhoria dos indicadores de impacto, o que pode representar uma reflexão para o PCF em nível nacional. Para o município de Sabará, há uma necessidade de mudar o foco de indicadores de processos para indicadores de impacto voltados ao desenvolvimento integral das crianças, o que não pode ser medido em curto prazo.



3. ARTICULAÇÃO

3.1 ARTICULAÇÃO MUNICIPAL

O primeiro e principal tipo de articulação promovido pelo Comitê Gestor é horizontal, ou seja, entre diferentes políticas públicas de nível municipal. São trocas que ocorrem no contato entre distintas secretarias da prefeitura e com órgãos de outros poderes (legislativo e judiciário) que atuam no município e que são promovidas pela atuação do comitê. A articulação em nível municipal favorece, assim, a intersetorialidade, um dos pilares do Programa Criança Feliz.



dados sobre a primeira infância em

INDIARA / GO

população_

15.787 habitantes

Fonte: Portal Primeira Infância Primeiro no Município
APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR-CODE e ACESSSE O SITE



A articulação entre as áreas da Saúde, Assistência e Educação facilita acesso aos benefícios das políticas públicas locais pelas crianças e suas famílias.

O município de Indiará lançou o Programa Criança Feliz (PCF) em 2017. Em anos anteriores, havia participado da iniciativa Prefeito Amigo da Criança (2005 e 2006) e, em 1993, criou o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que continua ativo, conforme ação prevista no Plano Plurianual 2017-2020.

Composto por representantes da Assistência Social, Saúde, Educação e, mais recentemente, do Conselho Tutelar, o Comitê Gestor Intersetorial do PCF no município tem como objetivo trabalhar a intersetorialidade, com foco na melhoria da vida das crianças e de suas famílias, ajudando-as a perceberem a importância da primeira infância. Por Indiará ser um município com poucos habitantes, os membros do comitê são bastante próximos, o que facilita o diálogo e o trabalho em parceria.

O PCF busca integrar as ações dos visitadores com a dos Agentes Comunitários de Saúde, facilitando o acesso a territórios onde há famílias não atendidas. A coordenadora do PCF percebe que o Programa não conseguiria trabalhar sozinho e que essa articulação é necessária para facilitar o acesso, pelas famílias, aos benefícios das políticas públicas locais das áreas da Saúde, Assistência Social e Educação. Todos os membros do comitê reconhecem a importância da primeira infância e a necessidade de garantir os seus direitos, e levam isso para suas pastas, ajudando os gestores de cada área a mobilizar mais atenção para essa faixa etária.

A princípio, a articulação ocorre a partir da identificação das necessidades das famílias durante as visitas. Essas necessidades são encaminhadas, primeiramente, à representante do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Se tais necessidades não conseguem ser atendidas no âmbito da Assistência Social, outras áreas são acionadas por meio do comitê. Há demandas que mesmo o comitê não tem autonomia para resolver. Por isso,

pessoas com poder de decisão, como secretários de Educação e da Assistência Social, são convidadas a participar das reuniões. Apesar de não terem poder deliberativo, os membros do comitê procuram trabalhar em parceria, pois acreditam que não há como desvincular o triângulo Assistência-Saúde-Educação.

Em Indiará, não tem havido parceria com a Câmara de Vereadores. Contudo, com o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) em elaboração, os membros do comitê sentem que haverá a necessidade de construir essa articulação, uma vez que o Plano deverá ser aprovado e demandará alocação de recursos financeiros.

Na Saúde, o município já havia aderido a programas do Ministério da Saúde voltados às gestantes. Entre 2018 e 2019 a prefeitura promoveu um encontro mensal com gestantes, liderado pela Secretaria de Saúde, com palestras sobre higiene, nutrição, vacinação etc. Participavam gestantes da cidade toda, não apenas ligadas ao PCF. Esses encontros foram paralisados em 2020, em razão da pandemia da Covid-19.

Na Assistência Social, um exemplo de ação articulada é a campanha de prevenção denominada 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes). A Educação entra com um tema, a Assistência Social faz palestras. Esse trabalho em equipe já gerou resultados para a primeira infância.

"No primeiro ano que fizemos a campanha, houve várias denúncias de casos de abuso. Os casos muitas vezes são identificados dentro da sala de aula, a partir da observação dos professores. Muitas denúncias são feitas por eles. Esses tipos de casos são discutidos no comitê, e motivaram a inclusão de um representante do Conselho Tutelar. Não são necessariamente crianças que são público-alvo do PCF. Houve alguns encaminhamentos para o Ministério Público que resultaram em detenções."

(Membro do Comitê Gestor de Indiará/GO)

No Dia das Crianças, realiza-se um evento com parceria entre Saúde, Assistência Social e Educação. O trabalho coletivo se dá desde a elaboração do projeto, seu planejamento (com estabelecimento de metas) até sua execução. Há também outros eventos, como palestras da área da Saúde para os pais no Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI), e distribuição de kits.

"É diferente um profissional da saúde tratar com os pais ao invés dos professores, então isso contribui muito."

(Membro do Comitê Gestor de Indiará/GO)





Fotos: Divulgação/Prefeitura Municipal de Marco

MARCO | CE

A articulação com o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) fortaleceu o Programa e a atuação do Comitê de Marco/CE.

A relação entre as áreas de Saúde, Educação e Assistência Social no âmbito do Comitê Gestor do Programa Criança Feliz (PCF) em Marco é considerada de parceria. Há setores que percebem que só conseguem ter efeito e impactar a realidade se contarem com o apoio de todos os outros da rede de proteção social. Os projetos voltados às crianças geralmente agregam mais de uma área. Dentro do comitê, o fato de que cada profissional trabalha com uma política é considerado um elemento fortalecedor da articulação entre eles. Os membros acabam atuando como multiplicadores, repassando as informações do PCF para suas respectivas áreas.

Uma das questões apontadas como importante para a articulação da rede é a colaboração e a relação entre os profissionais, conforme se explica no relato abaixo:

“Observamos que o fortalecimento da rede é algo que sempre necessita ser articulado com os profissionais. Varia de profissional para profissional. [...] É algo que precisa ser constantemente trabalhado. Parte de um olhar humano. Cabe ao profissional ter esse olhar atento e constatar que precisa de outro profissional.”
(Membro do Comitê Gestor de Marco/CE)

Nesse sentido, destacam-se em Marco valores como a amizade e a proximidade. O fato de os membros se conhecerem facilita o contato, quando há demandas. Outro fator que contribuiu para o fortalecimento da rede foi o ambiente físico. No município, há um Centro Administrativo onde funcionam todas as Secretarias, de forma que todos os funcionários podem se encontrar e fortalecer vínculos. Marco é um município de pequeno porte, no qual as pessoas se conhecem.

A articulação com o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é percebida como um *“gancho que fortaleceu a implementação do PCF”*, segundo relato da equipe local. A constituição do comitê do PCF foi discutida e elaborada junto com o CMDCA, que indicou também dois representantes, gerando um vínculo direto entre as duas instâncias. Em reuniões do Conselho, também foram realizadas apresentações sobre o comitê e o programa.

3.2

ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ESFERAS DE GOVERNO

No modelo de governança utilizado na instituição do Programa Criança Feliz (PCF), cada esfera federativa desempenha papéis específicos na gestão das ações de implantação e implementação do Programa. Assim, entre as atribuições da União está a coordenação do PCF em âmbito nacional; entre as dos Estados, a coordenação do Programa em nível estadual e o oferecimento de apoio técnico na implementação de ações de capacitação e educação junto aos municípios; é papel dos Municípios (e DF) executar o Programa e promover a articulação intersetorial em seu âmbito⁷. Além da articulação entre esferas já prevista e estabelecida nas normativas do PCF, os Comitês Gestores Municipais podem promover outros tipos de articulação junto a esferas estaduais ou federal de governo.

ESTEIO | RS

A articulação com o governo estadual acontece por meio do programa Primeira Infância Melhor.

O PCF em Esteio já teve início de forma articulada com o governo estadual, uma vez que o município já fazia parte do programa Primeira Infância Melhor (PIM) desde 2006. Política pública estadual no Rio Grande do Sul, o PIM é um programa que promove a atenção às famílias com gestantes e filhos de até 6 anos em situação de vulnerabilidade. O PIM e o PCF têm a intersetorialidade por princípio: a criança é vista como sujeito que se desenvolve de maneira integral.

“Não podemos pensar a criança só com a visão da Saúde, temos que pensar na questão da saúde aliada à cidadania, educação, cultura. Esse sujeito precisa de todos esses olhares e de todas essas áreas”.
(Membro da equipe do PCF de Esteio/RS)

A supervisora do PIM é da Saúde e a do PCF é da Assistência Social. O fato de os dois programas estarem ativos em Esteio faz com que haja, naturalmente, uma articulação entre a Saúde e a Assistência. Essa articulação abrange outras áreas (Educação e Cultura) e se dá diariamente, além do Grupo Técnico Municipal (GTM).

Apesar de o olhar do PCF estar voltado para as crianças, considera-se muito, também, a questão dos vínculos entre as crianças e suas famílias, uma vez que há situações familiares que podem comprometer o desenvolvimento da criança.

No Rio Grande do Sul, o PIM ampliou seu atendimento para os filhos das mulheres privadas de liberdade. Tal atendimento visa a garantir a essas mulheres acesso a uma política pública materno-infantil, estimular e fortalecer o vínculo mãe-bebê quando ambos estão no estabelecimento prisional, promover o desenvolvimento infantil integral saudável para os filhos dessas mulheres, orientar sobre os cuidados de saúde para as gestantes e bebês, apoiar a inserção da criança na família e somar esforços para que, a partir do Marco Legal da Primeira Infância, as potenciais beneficiárias acessem o direito à prisão domiciliar.

Os membros do comitê Intersetorial visitaram presídios para que as mães autorizassem o acompanhamento das crianças pelos programas. Muitas não aceitaram, de início, por pensarem que os programas exerciam papel de vigilância semelhante ao do Conselho Tutelar. A partir das orientações do comitê, que contaram com a apresentação de materiais impressos e vídeos, as mães começaram a procurar o Programa. Muitas vezes, as crianças não sabem que as mães estão presas. O PIM ajuda a explicar a situação para as crianças e as ajuda a visitarem as mães na prisão.

“Aqui em Esteio, acompanhamos uma mãe [privada de liberdade em regime domiciliar] que usa tornozeleira, mas não quer sair. A gente já teve bastante experiência com essas famílias. A gente atenua o peso para essas crianças e seus familiares.”

(Membro do Comitê Gestor de Esteio/RS)

A articulação com o Governo Federal ocorre pela operação do próprio PCF. Além disso, em 2019, o Governo Federal editou uma publicação e produziu um vídeo sobre a experiência de Esteio. Em dezembro de 2020, as técnicas de Esteio foram convidadas a participar do III Seminário Internacional - *A Qualificação das Ações do Programa Criança Feliz e o Impacto nas Políticas de Atendimento à Primeira Infância: Desafios e Oportunidades* — que ocorreu em Brasília.



3.3

ARTICULAÇÃO AMPLIADA

Articulação ampliada é aquela que se dá com atores externos, agentes não governamentais, como representantes da sociedade civil, agências multilaterais de cooperação ou organizações não governamentais cujos objetivos se somam aos objetivos do Comitê ou do Programa Criança Feliz no município.

SABARÁ | MG

Parceria exitosa do Comitê Gestor com a Casa Lar e influência na adesão do município de Ribeirão das Neves ao Programa Criança Feliz.

O Comitê Gestor Intersetorial do Programa Criança Feliz (PCF) de Sabará tem uma parceria bem-sucedida com a Casa Lar, mantida por organização local de proteção de crianças e adolescentes que provê acolhimento familiar em centro residencial, oferecendo um lar para crianças e adolescentes que tiveram direitos violados. Essa parceria foi implementada a partir do treinamento da educadora social nas metodologias do programa Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC) e do PCF. Apesar de não ter sido uma ação planejada, alcançou bons resultados. Quanto à aproximação com o Ministério Público e o poder judiciário, foi identificada uma série de desafios, como a falta de diálogo e uma comunicação baseada em ordens a serem cumpridas pela prefeitura, a rotatividade de promotores no município, com diferentes metodologias de trabalho, e a falta de entendimento sobre funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pelo judiciário.

Como o Estado de Minas Gerais não aderiu ao PCF, o governo federal realizou funções de apoio que em outros estados são executadas pela administração estadual, o que acabou por gerar uma relação próxima entre o governo federal e o município de Sabará, que vem sendo considerada importante para o sucesso do Programa. Destacam-se as capacitações realizadas pelo governo federal que geraram maior compreensão da metodologia e o conhecimento necessário para treinar os visitantes.

A experiência do comitê de Sabará reverberou além do município. Por meio de um dos seus membros, o município de Ribeirão das Neves foi incentivado a aderir ao programa.

“Procurei a área de Desenvolvimento Social em Ribeirão das Neves, Minas Gerais, a 36 quilômetros de Sabará. Num primeiro momento, não houve um desejo. [...] A gestão mudou, convencemos a área técnica, e o programa foi implantado. Iniciou no meio da pandemia, um cenário bem diferente de Sabará. Lá, o comitê gestor é muito integrado, com experiências muito positivas, especialmente alguns desenhos de construção de intersetorialidade. A intersetorialidade precisa ser construída.”

(Membro do Comitê Gestor de Sabará/MG)

3.4 AÇÕES DECORRENTES DA ARTICULAÇÃO

Ações concretas que contribuem para o desenvolvimento integral da Primeira Infância, decorrentes da atuação do Comitê e da articulação de diferentes políticas públicas, com direcionamento de esforços e recursos para um público comum em um mesmo território. Soluções inovadoras encontradas pelo Comitê Gestor.

BOM JESUS | RN

A articulação do comitê estimula o diálogo, amplia a capacidade de identificação de demandas complexas e gera soluções eficientes.

O foco na intersetorialidade do Comitê Gestor de Bom Jesus amplia o diálogo entre as áreas e fortalece a capacidade de identificação e encaminhamento de demandas complexas identificadas nas visitas. Um exemplo desses resultados é o atendimento a demandas por consultas médicas em especialidades que não estão disponíveis em nível local, a partir da articulação do comitê com o consórcio intermunicipal de saúde - um recurso que já estava disponível para o município. Com maior capacidade de identificar as demandas, o comitê pode dar melhor direcionamento a soluções, mesmo em situações particularmente desafiadoras.

Outro resultado interessante gerado pela articulação do Comitê Gestor em Bom Jesus foi a realização da Semana do Bebê como um evento intersetorial que serviu para aproximar as áreas que compõem o comitê. Até então, as diversas secretarias realizavam eventos separados, de maneira desarticulada. No comitê, surgiu a ideia de unificar esses esforços num único evento, mobilizando profissionais das três áreas (Educação, Saúde e Assistência) por meio de palestras e ações distribuídas de

maneira alternada durante a Semana. Dessa forma, o comitê não dividia seu público e conseguia dar mais visibilidade para suas ações. Isso só foi possível porque o comitê demandou, dos gestores, incentivos para que os profissionais de cada pasta se comprometessem com a atividade.

Desde o início, o comitê buscou institucionalizar parcerias com entidades da sociedade civil voltadas para a primeira infância, como, por exemplo, a Pastoral da Criança, incluindo um representante na sua composição. Percebeu-se a importância de ver a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde, dos agentes da Pastoral da Criança e dos visitantes do PCF como trabalhos complementares, já que todos esses agentes visitam famílias.

O comitê se mobilizou para combater informações incorretas a respeito da vacinação no município e levou a informação para as famílias por meio do trabalho de visitantes e agentes de Saúde.

A articulação do Comitê Gestor de Bom Jesus favoreceu a abordagem à primeira infância como um tema complexo e ampliou o entendimento de que a criança é parte de um contexto familiar que também deve ser trabalhado: “entender que o usuário é um só: a criança é de todos”, nas palavras de um membro do Comitê Gestor de Bom Jesus/RN.

CORUMBÁ | MS

A parceria com diversas instâncias viabiliza ampla capacitação dos visitantes.

O Comitê Gestor de Corumbá estabelece parcerias para oferecer capacitação diferenciada aos visitantes, como a realizada para contação de histórias, que recebeu auxílio da Fundação para a Cultura e Patrimônio Histórico, para os protocolos de atendimento durante a pandemia, realizada em parceria com a Saúde e em aspectos motivacionais, com o auxílio da Assistência Social. A capacitação abrangente mobiliza como multiplicadores os profissionais das áreas representadas no comitê.

O principal resultado da articulação do comitê é a maior agilidade na solução de demandas do dia a dia. Existe a percepção de que, sem o comitê, algumas demandas pontuais de difícil resolução poderiam não ter fluído de maneira tão satisfatória. Um exemplo marcante foi a intervenção do comitê para garantir atendimento especializado urgente durante a pandemia a uma criança que sofria de problemas cardíacos. A situação de saúde do menino, que era crítica, foi estabilizada.

ILHA COMPRIDA | SP

Resultados das diversas ações decorrentes da articulação do Comitê Gestor de Ilha Comprida incluem uma melhor capacidade dos visitantes de lidar com crianças portadoras de deficiência e com problemas específicos de saúde ou na educação por meio de articulação com a APAE, os agentes comunitários de saúde e técnicos da área de educação.

Uma ação importante do Comitê Gestor de Ilha Comprida, decorrente da articulação intersetorial, é a influência na própria seleção de visitantes para garantir perfis adequados ao atendimento dos beneficiários do Programa Criança Feliz (PCF). O Departamento de Educação disponibilizou estagiários do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), do Serviço Social, Pedagogia e Psicologia para serem visitantes e eles foram selecionados conforme a adequação ao perfil do programa.

Outro exemplo foi a identificação de uma lacuna na oferta de capacitação para os visitantes, especialmente tendo em vista o trabalho a ser realizado por eles junto ao público de crianças com deficiência inscritas no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em articulação com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), o comitê criou uma cartilha e sessões de capacitação para os visitantes, com a orientação de fisioterapeutas, fonoaudiólogos e psicólogos. O impacto dessa capacitação pode ser compreendido pelo atendimento a uma criança com uma síndrome rara, incapaz de se movimentar ou de se sentar. Com a capacitação, fisioterapeutas da APAE ajudaram a produzir uma almofada a partir de uma calça jeans que oferece suporte para que a criança permaneça sentada e, assim, libera a cuidadora para promover estímulos a essa criança conforme as orientações do PCF e da creche em que ela está matriculada.



Foto: Prefeitura Ilha Comprida

O comitê promove encontros entre os visitantes e os Agentes Comunitários de Saúde. A capacitação dos visitantes é realizada a partir da mobilização de profissionais da Saúde e da Educação, inclusive em razão do reconhecimento de que essas áreas acumulam maior experiência em lidar com a Primeira Infância e poderiam contribuir com uma área menos experiente, até então, como a área da Assistência Social. Além dos visitantes serem beneficiados pelo intercâmbio com as outras áreas, eles também são vistos como atores estratégicos que contribuem para o trabalho de outros órgãos, como o Conselho Tutelar, pelo acesso privilegiado às casas das famílias:

“Nos dá uma visão que não tínhamos. As pessoas têm um pouco de preconceito contra o Conselho Tutelar. A visitadora consegue uma visão mais real do que ocorre na casa. Assim, a gente consegue fazer um plano de atuação melhor para aquela família.”
(Membro do Comitê Gestor de Ilha Comprida/SP)

Outro fator que contribui para essa articulação é o engajamento da primeira-dama, que também é a presidente do Fundo Social de Solidariedade (FSS) de Ilha Comprida. O FSS tem promovido, em parceria com o comitê, diversos projetos que mobilizam recursos e dão visibilidade ao PCF no município. Um exemplo são as oficinas de costura que engajam mulheres e mães de crianças, inclusive atendidas pelo PCF, algumas delas recebendo uma espécie de ajuda de custo/bolsa, para ensinar costura. Nessas oficinas, as mães produzem uniformes para as crianças que frequentam as creches, incluindo os de seus próprios filhos, além de enxovais para gestantes em situação de vulnerabilidade.

O comitê faz uso de indicadores para justificar a adoção do PMPI perante os atores políticos relevantes no município, inclusive o prefeito e demais gestores envolvidos na elaboração e na aprovação do PMPI. Além disso, o comitê encaminha e justifica a necessidade da criação de espaços públicos de lazer e instalação de equipamentos, orientando-se pelo número de crianças.

O fortalecimento do trabalho com a comunidade nos territórios foi apontado como outro exemplo de ações decorrentes da articulação do comitê:

“Ir ao local é diferente de trazer para um espaço que é nosso. Isso valoriza a comunidade e eles se sentem acolhidos.”

(Membro da equipe do PCF no município de Ilha Comprida/SP)

Observou-se uma aproximação maior entre as famílias e a rede de serviços públicos e os serviços oferecidos por entidades da sociedade civil, como a Pastoral da Criança:

“A educação sempre teve o sonho de trazer a comunidade para dentro da escola, mas, de certa forma, não tinha conseguido até então, e o Programa trouxe isso. Ele trouxe a Assistência Social, aproximando os setores, e conseguiu fazer a comunidade se aproximar da escola.”

(Membro da equipe do PCF no município de Ilha Comprida/SP)

“A gente aproximou o pessoal da escola e aproximou novamente o pessoal da Pastoral da Criança. Um dos responsáveis até me falou, uma vez, que as oficinas que eles faziam já estavam defasadas porque o pessoal não estava indo e eles não estavam mais sabendo como atrair público.”

(Membro da equipe do PCF no município de Ilha Comprida/SP)

Através dessa aproximação, aumentou a procura por matrículas em creches e por vacinação.

O comitê elaborou um questionário para as famílias de crianças que estavam em idade de deixar o PCF para verificar se essas famílias teriam disponibilidade de continuar os atendimentos no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Percebeu-se que há uma dificuldade de mobilidade dessas famílias e é alta a probabilidade de desistência dos atendimentos em decorrência das distâncias envolvidas. Constatou-se, com isso, que o comitê deveria investir mais em ações nos próprios territórios. É nesse sentido que o comitê tem orientado conversas nas comunidades, em parceria com o FSS e associações de bairro.

Existe a expectativa de tornar o Comitê Gestor Intersetorial do PCF um órgão maior: o Comitê Gestor da Primeira Infância no município, indo além do PCF, uma vez que se pretende elaborar o PMPI até o fim de 2021. Futuramente, espera-se aumentar a quantidade de membros do comitê, com a inclusão de representantes do Ministério Público, da área da Cultura, do Conselho de Segurança e de membros adicionais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).



Inspirado pela reforma do Secretário-Geral das Nações Unidas, o Fundo Conjunto para os ODS (Joint SDG Fund) incentiva a aceleração do progresso dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em diversos países.

No Brasil, o Fundo Conjunto para os ODS é desenvolvido por cinco agências das Nações Unidas (PNUD, UNESCO, UNFPA, ONU Mulheres e UNICEF – agência líder) e apoia o desenvolvimento da primeira infância por meio do fortalecimento do Programa Criança Feliz, implementado pelo Ministério da Cidadania.

Para mais informações, visite: www.jointsdgfund.org

O Fundo Conjunto para os ODS recebe suporte de:

-  União Europeia e governos de:
-  Dinamarca
-  Alemanha
-  Irlanda
-  Luxemburgo
-  Mônaco
-  Holanda
-  Noruega
-  Portugal
-  Espanha
-  Suécia
-  Suíça



NAÇÕES UNIDAS
BRASIL



JOINT SDG FUND
FUNDO CONJUNTO PARA OS ODS

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL